

Estudo de viabilidade e proposta para a transição da condução das investigações de Defesa Comercial do Sistema Decom Digital (SDD) para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com unificação processual com as investigações de Interesse Público

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTO

Nos termos descritos no [Edital SECINT 03/2020](#), publicado na Sessão 3 do Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2020, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT) do Ministério da Economia é a autoridade pública competente para conduzir investigações de defesa comercial no Brasil, nos termos do art. 96 do Decreto no 9.745, de 8 de abril de 2019, alterado pelo Decreto no 10.072, de 18 de outubro de 2019. A competência para aplicação das medidas de defesa comercial é do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/CAMEX), nos termos do art. 7º do Decreto no 10.044, de 4 de outubro de 2019. Dentre as medidas de defesa comercial estão as medidas antidumping, as medidas compensatórias e as salvaguardas.

O SDD é um sistema de formação de autos digitais, cujos objetivos são conferir maior transparência aos processos de investigação de defesa comercial conduzidos pela SDCOM e reduzir os custos de participação nesses processos. O procedimento administrativo eletrônico relativo aos processos de defesa comercial é atualmente regulamentado pela Portaria SECEX nº 30, de 7 de junho de 2018, e a plataforma está disponível em: <http://decomdigital.mdic.gov.br/>. Informações a respeito da sua utilização podem ser obtidas no manual do sistema cujo link encontra-se na página inicial do SDD e também na Parte II.3 do Guia de Investigações Antidumping da SDCOM: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico/arquivos/guias/guia-ad-consolidado-final.pdf>

O SDD é fruto do esforço da SDCOM no sentido de modernizar suas práticas processuais, oferecendo às partes interessadas nos processos de defesa comercial a possibilidade de protocolo e consulta remota a processos eletrônicos, a qualquer momento. O desenvolvimento foi iniciado em 2012, época na qual o processo digital ainda estava começando a ser adotado pela administração pública. Optou-se pelo desenvolvimento de um sistema próprio e totalmente customizado aos processos de defesa comercial.

O sistema passou a ser adotado para os processos antidumping protocolados a partir do dia 31 de julho de 2015 por força da Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015, expandindo-se em 2018 também para os processos de subsídios e medidas compensatórias e de salvaguardas. Sua implementação representou um grande avanço ao antigo protocolo presencial, que forçava as partes interessadas a se deslocar a Brasília para protocolar documentos e ter vistas dos processos ou manter representantes na capital para esse propósito.

Contudo, passados 5 (cinco) anos desde o lançamento do SDD, o que no início era uma inovação passou a se tornar, aos poucos, um gargalo operacional na SDCOM, tendo em vista:

- As instabilidades recorrentes do sistema que podem obrigar a SDCOM a prorrogar prazos sensíveis das investigações de defesa comercial;
- A necessidade de diversos contratos para o funcionamento do sistema:
 - Suporte técnico para sustentação do sistema, desempenhado pela Cast Informática;
 - Manutenção da infraestrutura e suporte técnico relacionado a problemas do sistema, desempenhado pela Hepta Tecnologia e Informática.
- A necessidade de mobilização de parte da equipe da SDCOM para esclarecer dúvidas dos usuários externos relacionadas à utilização do sistema, para acompanhar a resolução dos erros apresentados e o desenvolvimento de novas funcionalidades

Por sua vez, o SEI, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos, e tem como objetivo promover a eficiência administrativa. O SEI integra o Processo Eletrônico Nacional (PEN), uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos. O SEI foi escolhido pelo Ministério da Economia como o seu principal sistema de informações, nos termos da Portaria nº 294, de 4 de agosto de 2020.

O SEI já é utilizado pela SDCOM para tramitar pré-pleitos de defesa comercial, processos de interesse público (vide Guia de Interesse Público Consolidado), processos administrativos gerais, ofícios para outros órgãos, recursos e pedidos de reconsideração em matéria de defesa comercial e interesse público, submissão das recomendações da Subsecretaria para as autoridades competentes para a tomada de decisão nos processos conduzidos, dentre outros.

Segundo diretrizes do Processo Eletrônico Nacional (PEN), a implementação do uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo deve adotar ações que garantam o acesso, o uso contínuo e a preservação a longo prazo dos documentos digitais. Isso inclui tanto cuidados relacionados aos equipamentos, quanto a elaboração de mecanismos que garantam a autenticidade desses documentos. Ao migrar do SDD para o SEI, a SDCOM deixaria todas essas funções com uma única equipe especializada que trata desse assunto para todo o serviço público. Assim, espera-se maior eficiência na gestão processual da SDCOM com essa transição e unificação, no SEI, de toda a tramitação de investigações de defesa comercial e interesse público.

Este documento está dividido em duas etapas: (1) Comparativo de funcionalidades entre o SEI e o SDD e (2) Estudo de viabilidade e de alternativas para a transição entre os sistemas

Na primeira etapa apresenta-se o comparativo entre as funcionalidades do SDD e do SEI, abordando cada uma das funcionalidades do Sistema Decom Digital para usuário interno e externo, assim como as funcionalidades equivalentes do SEI. Os casos em que não há funcionalidade correspondente também foram devidamente relacionados no comparativo.

Na segunda etapa são apresentadas propostas alternativas para a transição do SDD para o SEI que atendam à legislação de defesa comercial e se aproximem, o quanto possível, das práticas usualmente adotadas pela SDCOM. Além disso, serão apresentadas sugestões de alternativas para as funcionalidades contempladas pelo SDD e não disponibilizadas pelo SEI, visando sempre à eficiência das atividades da SDCOM, em linha com os princípios que guiam a atuação da

Administração Pública Federal. Também será abordada a necessidade de assinatura de documentos por meio de certificado digital e as possibilidades contempladas pelo SEI.

Este material é resultado de parceria com o PNUD, no âmbito do Projeto BRA/18/023, Edital PNUD/SECINT nº 03/2020, elaborado pela consultora contratada Deborah de Sousa e Castro Melo.

2 ETAPA 01 – COMPARATIVO DE FUNCIONALIDADES ENTRE O SEI E O SDD

Antes de adentrar ao mérito da comparação propriamente dita entre SDD e SEI, é importante registrar que o SEI e o Sistema Decom Digital são sistemas de gestão de processos que tem objetivos semelhantes.

O Sistema Decom Digital (SDD)¹ é um sistema de formação de autos digitais, cujo objetivo principal é conferir maior transparência aos processos de investigação de defesa comercial conduzidos pela SDCOM e reduzir os custos de participação nesses processos. A sua criação mostrou-se uma iniciativa louvável e inovadora que permitiu o acesso eletrônico aos processos de defesa comercial pelos usuários do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial, gerando grande economia de tempo e de recursos por parte da Administração Pública Federal e dos usuários, eliminando a necessidade de visitas ao antigo MDIC, muitas vezes de advogados vindos de outros estados, para vistas dos autos e realização de protocolos.

O Sistema Eletrônico de informações (SEI)², por seu turno, consiste em uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho. O SEI foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e cedido gratuitamente para utilização no Ministério da Economia por meio de Acordo de Cooperação Técnica. Além de estar alinhado ao Processo Eletrônico Nacional (PEN)³.

O procedimento administrativo eletrônico relativo aos processos de defesa comercial é atualmente regulamentado pela Portaria SECEX nº 30, de 7 de junho de 2018.

Por força no disposto pela Portaria ME nº 294, de 04/08/2020, o SEI passou a ser a instância principal a ser utilizada no âmbito do Ministério da Economia.

Apresenta-se a seguir o comparativo entre as funcionalidades do SDD e do SEI, partindo das funcionalidades do SDD que são específicas aos procedimentos de investigações de medidas de defesa comercial.

Serão detalhadas abaixo as principais funções previstas no Sistema Decom Digital e, em seguida, as funções similares no SEI. Nos casos em que não houver correspondência, este fato será igualmente esclarecido.

2.1 Funcionalidade Petição

2.1.1 Decom Digital – usuário externo

¹ Disponível em: <<http://decomdigital.mdic.gov.br/>>.

² Disponível em:

<https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0>. Acesso em 05/03/2021.

³ O PEN é uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública para a construção de uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico. É coordenado pela Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério da Economia.

Permite a criação, a pesquisa, a atualização, a exclusão e a finalização de uma petição antidumping, de investigação de medidas compensatórias e de investigação de subsídios acionáveis.

Trata-se de função prévia ao protocolo dos documentos do sistema que permite o upload parcial de informações relativas à abertura de investigação de defesa comercial. Esta função é interessante para os usuários do sistema em razão da grande quantidade de arquivos a serem protocolados em uma petição de abertura de investigação.

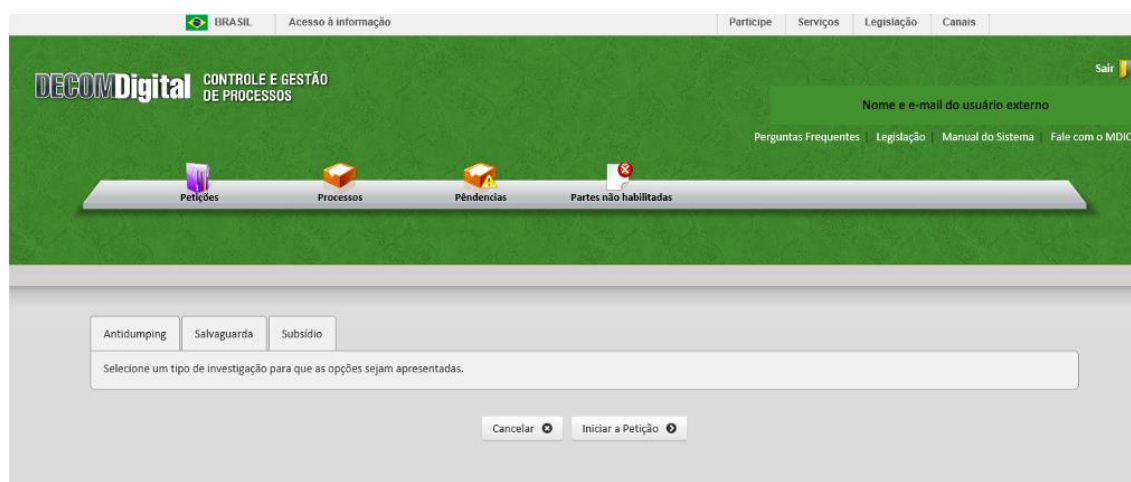
Após a finalização da petição ocorre o efetivo protocolo, não sendo mais possível alterar ou excluir o documento. Neste momento é conferido o número identificador da petição. Após a finalização, a petição é disponibilizada para análise pela SDCOM.

Nesta tela são igualmente incluídas informações sobre o produto investigado, NCM, histórico de investigações anteriores e descrição do produto objeto da investigação, conforme detalhado a seguir.

- **Criação de petição:** Protocolo de petições de abertura (i.e., requerimentos de início de investigações de defesa comercial)



- **Tipos de petição:** o SDD permite a criação de petições antidumping, de subsídios e de salvaguardas.



- **Subtipos de petição:** o SDD permite que o usuário externo selecione no sistema o subtipo de petição, conforme tipo de petição anteriormente selecionado, tal e como previsto pelo Decreto 8.058/2013.

Investigações antidumping contemplam os seguintes subtipos: avaliação de escopo, circunvenção, investigação original, redeterminação, revisão de alteração de circunstâncias, revisão de final de período, revisão de novo produtor ou exportador; e revisão de restituição.

Investigações de salvaguardas contemplam os seguintes subtipos: investigação original, revisão de final de período e revisão de país em desenvolvimento.

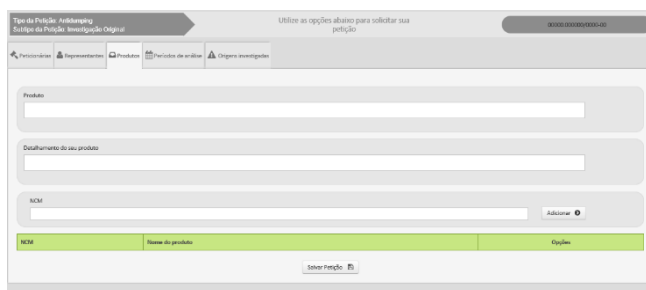
Investigações de subsídios contemplam os seguintes subtipos: avaliação de escopo, circunvenção, investigação original, redeterminação, revisão acelerada, revisão de alteração de circunstâncias, revisão de final de período e revisão de restituição.

- Após a escolha do tipo de petição, o SDD determina que o usuário externo inclua os dados cadastrais da investigação, conforme detalhado a seguir:

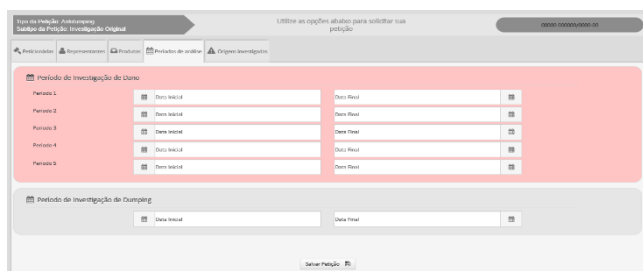
Dados da empresa investigada:
nome, CNPJ, entidade representativa

Dados do representante legal da empresa:
contemplam os seguintes subtipos: investigação original, revisão de final de período e revisão de país em desenvolvimento.

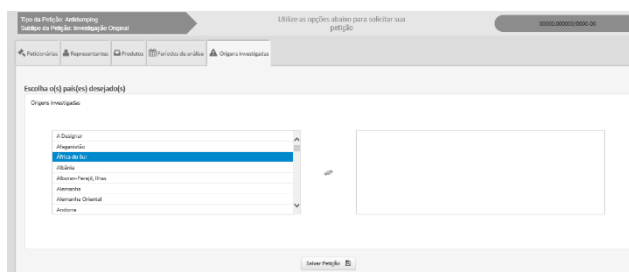
Dados sobre o produto investigado:
descrição do produto,
detalhamento, NCM



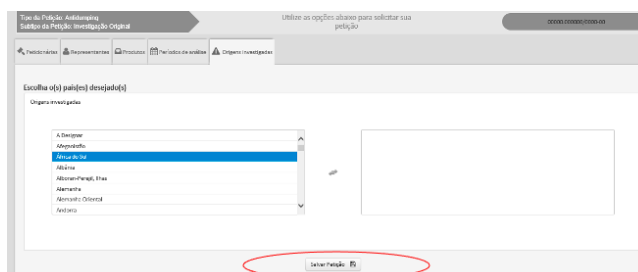
Período objeto da investigação:
o SDD determina que o peticionário indique desde logo no sistema quais serão os períodos objeto da investigação



Países investigados:
o representante legal do peticionante deve incluir no sistema as origens investigadas nos autos.



Salvar Petição: para concluir o cadastro da petição, clique no botão “Salvar Petição”.



Este procedimento é similar em todos os tipos de investigação de defesa comercial. O procedimento detalhado contemplando todas as telas para cada tipo de investigação está disponível no Manual do Sistema Decom Digital⁴.

2.1.2 SEI/ME – usuário externo

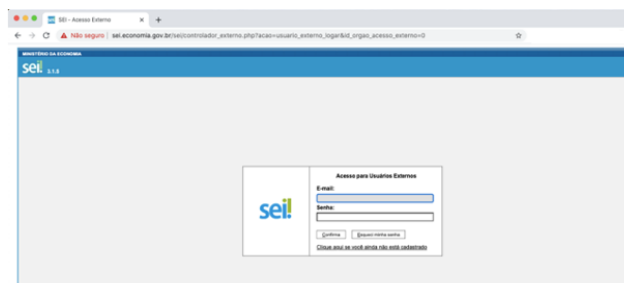
Como se demonstrará a seguir, a metodologia de upload de documentos no SEI é bastante simplificada em relação ao Decom Digital e, tal e como disponível no momento, não permite que sejam incluído todo o detalhamento previsto pelo SDD.

⁴ Disponível em: http://decomdigital.mdic.gov.br/assets/documentos/MDIC_DECOMDIGITAL_ManualUsuario.pdf. Acesso em 05/03/2021.

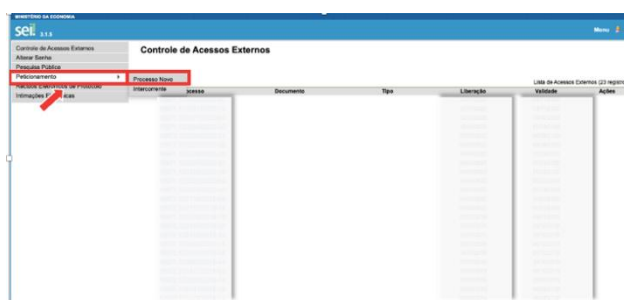
A procedimento de submissão de documentos no SEI não foi elaborado especificamente para investigações de defesa comercial e, por este motivo, não contempla as especificidades relativas ao processo de defesa comercial, tal e como verificado no SDD e mencionadas acima.

Segue abaixo a descrição das etapas para a realização protocolo (peticionamento) junto ao SEI/ME para usuários externos:

Acessar o endereço eletrônico do SEI/ME⁵ para usuários externos informando e-mail e senha cadastrados



No menu principal (lado esquerdo da tela), acessar a opção Peticionamento e clicar em Processo Novo



Escolher o tipo de processo que deseja formalizar a abertura junto ao Ministério da Economia.



Até o momento não está disponível na lista de órgãos listados pelo SEI/ME a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM), mas apenas a (SECINT) ou à SECEX. Caso a migração do SDD para o SEI seja aprovada, poder-se-ia optar pela criação de novo órgão na estrutura do SEI/ME – o que seria interessante para evitar dúvidas dos usuários externos em relação ao órgão competente para o protocolo, considerando que as partes interessadas muitas vezes protocolam informações diretamente nos autos de investigações de defesa comercial, sem a assessoria de advogado e/ou consultor. Alternativamente, todavia, seria possível a apresentação de documentos à SECEX, conforme indicam os prints ao lado.

Protocolização de documentos para a Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAC)
Protocolização de documentos para a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN)
Protocolização de documentos para a Secretaria de Aviação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP)
Protocolização de documentos para a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)
Protocolização de documentos para a Secretaria de Coord. e Governança das Empresas Estatais (SEST)
Protocolização de documentos para a Secretaria de Coord. e Governança do Poder Judiciário (SPU)
Protocolização de documentos para a Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI)
Protocolização de documentos para a Secretaria de Gestão (SEGES)
Protocolização de documentos para a Secretaria de Gestão Corporativa (SGC)
Protocolização de documentos para a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP)
Protocolização de documentos para a Secretaria de Governo Digital (SGD)
Protocolização de documentos para a Secretaria de Privatização Federal (RUP)

⁵ Disponível em:

<https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0> . Acesso em 05/03/2021.

seil 3.1.0

Controle de Acesso Externo
Alterar Senha
Pesquisa Pública
Petição de Processo
Recursos Eletrônicos de Protocolo
Informações Eletrônicas

Petição de Processo Novo

Selecione o tipo de processo

Protocolização de documentos para a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)

Protocolização de documentos para a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)

Formulário de Petição de Processo

Especificação (resumo limitado a 50 caracteres):

Interessado: ☐ Pessoa Física ☐ Pessoa Jurídica

CPF/CNPJ Nome/Razão Social Ações

Preencher devidamente todos os campos da tela Peticionar Processo Novo incluindo os documentos a serem protocolizados.

seil 3.1.0

Controle de Acesso Externo
Alterar Senha
Pesquisa Pública
Petição de Processo
Recursos Eletrônicos de Protocolo
Informações Eletrônicas

Petição de Processo Novo

Selecione o tipo de processo

Protocolização de documentos para a Secretaria Especial de Comércio Ext. e Assuntos Intern. (SECEX)

Orientações sobre o tipo de processo

Protocolização de documentos para a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECEX)

Formulário de Petição de Processo

Especificação (resumo limitado a 50 caracteres):

Interessado: ☒ Pessoa Física ☐ Pessoa Jurídica

CPF: Validação Nome: Adicionar

Tipo CPF/CNPJ Nome/Razão Social Ações

Documentos

Os documentos devem ser carregados abaixo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a conformidade entre os dados informados e os documentos. Os Níveis de Acesso que forem indicados abaixo estarão condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso.

Documento Principal (30 Mb):

Escolher arquivo: Nenhum arquivo selecionado

Tipo de Documento: Complemento do Tipo de Documento

Nível de Acesso: 4

Formato: ☒ Não-digital ☐ Digitalizado Adicionar

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
carilha-do-usuario-do-sei.pdf	05/03/2021 09:20:08	6.48 Mb	Requerimento Teste Teste	Restrito	Não-digital	X

Documentos Complementares (30 Mb):

Escolher arquivo: Nenhum arquivo selecionado

Tipo de Documento: Complemento do Tipo de Documento

Nível de Acesso: 4

Formato: ☒ Não-digital ☐ Digitalizado Adicionar

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
-----------------	------	---------	-----------	-----------------	---------	-------

6 Peticionar

Segue descrição dos campos indicados na imagem acima:

1. Especificação do processo- neste campo é possível indicar o objeto da investigação (antidumping, subsídios, salvaguardas) e subcategorias (revisão de final de período, novo exportador, etc.)
2. Nome do peticionante/ empresa em caso de Pessoa Jurídica
3. CPF/ CNPJ. Registra-se que o SEI permite a inclusão de mais de um representante legal (pessoa física) para o mesmo CNPJ. Trata-se de função relevante para processos de defesa comercial, pois permite que as empresas atuem em processos diversos com representantes legais diferentes.
4. Nível de acesso: público / restrito
5. Confirmação do nível de acesso escolhido pela empresa/ representante legal
6. Função peticionar / protocolo

Clicar em peticionar:

- selecionar o Cargo/Função mais próximo da função exercida;
- digitar a senha de acesso ao SEI;
- clicar no botão Assinar.

SEI - Concluir Peticionamento - Assinatura Eletrônica

Não seguro | sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?id_tipo_procedimento=77&acao=peticiona...

Concluir Peticionamento - Assinatura Eletrônica

Assinar Fechar

A confirmação de sua senha de acesso iniciará o peticionamento e importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digiais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, são de sua exclusiva responsabilidade: a conformidade entre os dados informados e os documentos; a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência; a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada; a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre; a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

Usuário Externo:

Cargo/Função:

Senha de Acesso ao SEI:

2.2 Funcionalidades investigação em curso – Usuário externo

Registra-se, inicialmente, que o acesso às investigações de defesa comercial é completamente restrito às partes habilitadas no processo, à exceção dos documentos publicamente disponíveis, disponibilizados pela SDCOM à população em geral por meio do Diário Oficial da União. Neste contexto, tal e como o sistema funciona atualmente, os andamentos processuais das investigações de defesa comercial, bem como os documentos acostados aos autos e pela SDCOM no âmbito do processo não estão publicamente disponíveis.

2.2.1 Decom Digital - usuário externo

PÁGINA DE ABERTURA:

Visualização inicial do sistema, mostrando as abas petições, processos, pendências e partes não habilitadas.



ABA PROCESSOS:

Permite a visualização dos processos nos quais o consultor externo / representante da empresa está habilitado. Os processos ficam disponíveis ao longo da vigência da procuração. O acesso é automaticamente encerrado pelo Sistema na data do encerramento da vigência da procuração e pode ser restabelecido mediante novo requerimento da parte interessada.

Meus Processos

Nome do Produto: Número do Processo: Data do Protocolo: Tipo de Investigação: Subtipo de Investigação: Status: Pesquisar

Número do processo	Tipo Antiterrorismo	Subtipo Investigação Original	Autoridade	Produto	Data

Meus Processos

Nome do Produto: Número do Processo: Data do Protocolo: Tipo de Investigação: Subtipo de Investigação: Status: Pesquisar

Número do processo	Tipo Antiterrorismo	Subtipo Investigação Original	Autoridade	Produto	Data

ABA PROCESSOS / PAINEL DA INVESTIGAÇÃO:

Indica os dados da investigação e possibilita acesso às abas: (i) autos restritos; (ii) anexar documentos; e (iii) meus documentos.

Painel da Investigação

Representação Legal: CPF, Nome, Outros representantes

Produtos: Produto, Produto Detalhado, NCM que compõem o Produto

Encerramento do Processo: Em Curso

ABA PROCESSOS / AUTOS RESTRITOS:

A função autos restritos permite a consulta aos andamentos processuais disponíveis a todas as partes do processo. Todos os documentos

Autos Restritos

Categoria de Tipo de documento: Tipo de Documento: Status: Parte Interessada: Período: Data Inicial: Data Final: Pesquisar Limpar

Data de Envio	Parte Interessada	Categoria do Documento
05/03/2021 12:21:45		habilitado
05/03/2021 08:20:40		habilitado
05/03/2021 17:02:06		obtido
05/03/2021 10:31:58		habilitado
05/03/2021 20:50:03		obtido
26/02/2021 21:45:39		habilitado
26/02/2021 17:54:37		habilitado

ABA PROCESSOS /
ANEXAR
DOCUMENTO

Conjuntos de Arquivos

Processo: [Selecionar] Tipo de Investigação: Antidumping Subtipo de Investigação: Investigação Original Produto: Soda Cáustica Líquida

Parte Interessada: [Selecionar]


Categoria de tipo de Documento: [Selecionar]

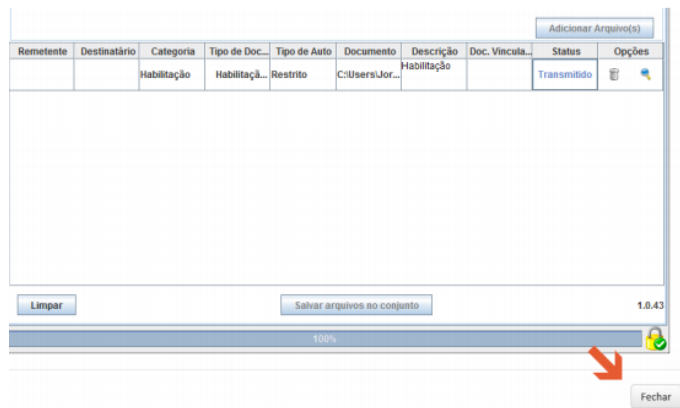
[Criar novo conjunto de arquivos] [Limpar]

Meus Conjuntos de Arquivos

Data de Inclusão	Parte Interessada	Categoria do Documento	Ações
[Imagem]	[Imagem]	[Imagem]	Excluir
Type de Documento	Auto	Descrição	Documento Opções

Página 1 de 0 10

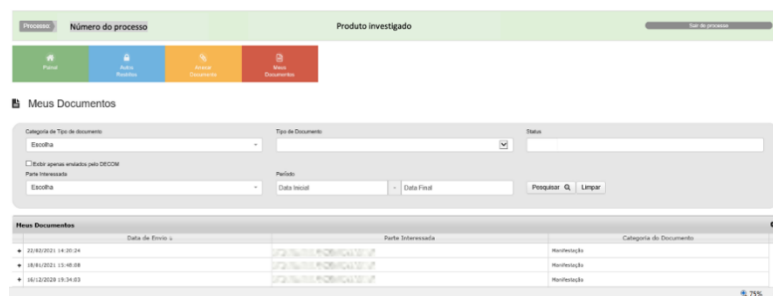




Após clicar em Finalizar, a seguinte mensagem irá aparecer:

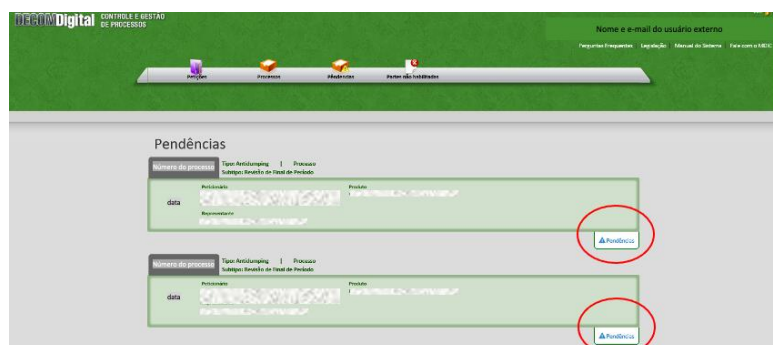


ABA PROCESSOS / MEUS DOCUMENTOS

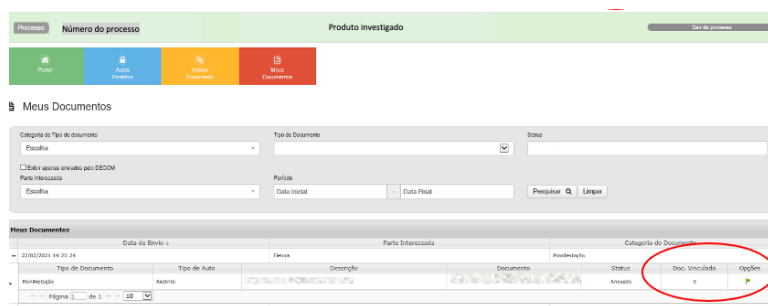


ABA PENDÊNCIAS

Permite a identificação de pendências relacionadas aos documentos anexados aos

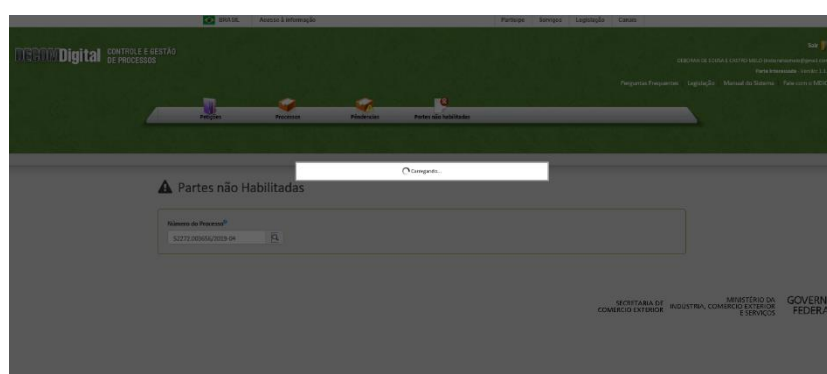


processos⁶. Após clicar no documento para o qual há uma pendência o usuário externo é direcionado à aba meus documentos do respectivo processo, na qual estarão disponíveis o documento vinculado ao ofício emitido pela SDCOM indicando a pendência.



ABA PARTES NÃO HABILITADAS⁷

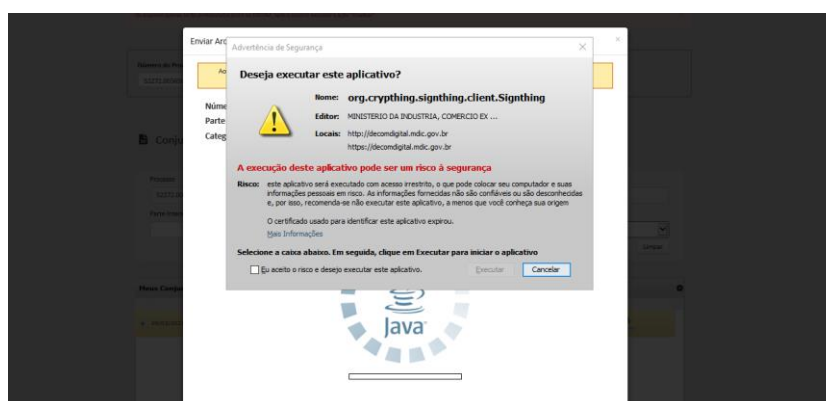
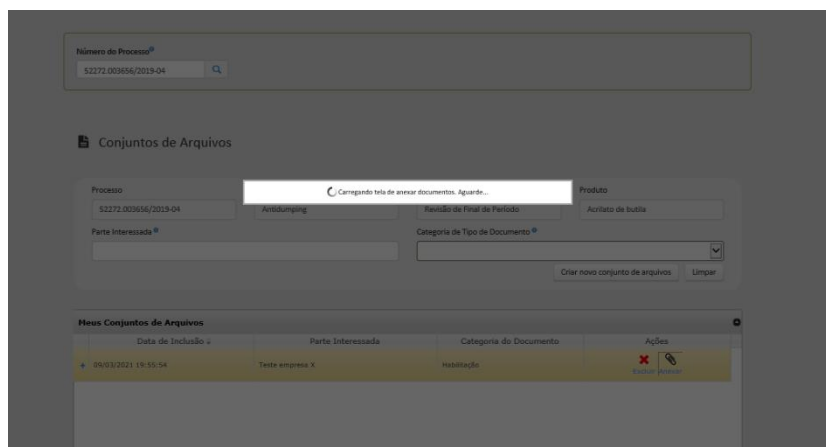
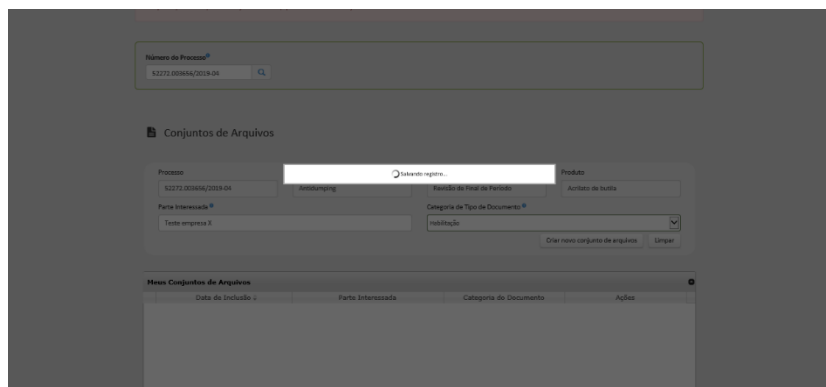
A aba partes não habilitadas permite a apresentação de documentos específicos por empresas que ainda não anexaram aos autos os documentos comprobatórios de sua representação processual ou ainda não os regularizam de maneira adequada. Trata-se de função extremamente relevante para



⁶ A aba pendências é similar à aba processos, mas indica os documentos anexados com relação aos quais há pendências a serem esclarecidas.

⁷ De acordo com a PORTARIA Nº 30, DE 7 DE JUNHO DE 2018, a § 3º A intervenção em processos de defesa comercial de representantes que não estejam habilitados somente será permitida na execução dos seguintes atos: (i) submissão de documentação pertinente para habilitação como representante legal de parte interessada; (ii) solicitação de prorrogação de prazo para apresentação de respostas aos questionários; (iii) apresentação de respostas aos questionários e manifestações sobre modelos de produto; (iv) solicitação de habilitação de outras partes que se considerem interessadas; e (v) submissão de proposta de terceiro país de economia de mercado alternativo.

possibilitar o cumprimento dos prazos iniciais da investigação, especialmente por partes estrangeiras. Destaca-se que esta aba, no entanto, costuma ser uma das mais morosas do SDD. Para o efetivo upload dos documentos por meio do aplicativo Java, após carregamento de várias telas pelo SDD, usualmente exige que o usuário externo crie uma nova exceção de segurança ao Java para que os documentos possam ser carregados ao sistema, embora o SDD e o Java estejam operando adequadamente em outros processos. Este procedimento foi necessário para a realização do presente teste. Foram necessários aproximadamente 35 minutos para que os documentos fossem adequadamente



carregado ao
SDD.⁸

Número do Processo: 52272.003656/2019-04
Parte Interessada: Teste empresa X
Categoria do Documento: Habilitação

Documentos

Adicione um ou mais arquivos

Tipo de Documento

Tipo de Auto

Descrição

Adicionar Arquivo(s)

Remeten...	Destinat...	Categoria	Tipo de ...	Tipo de ...	Docume...	Descrição	Doc. Vin...	Status	Opções
------------	-------------	-----------	-------------	-------------	-----------	-----------	-------------	--------	--------

Limpar

Salvar arquivos no conjunto

1.0.44

100%

Número do Processo: 52272.003656/2019-04
Parte Interessada: Teste empresa X
Categoria do Documento: Habilitação

Documentos

Ad

Advertência de Segurança (Não está respondendo)

Cancelar

Remeten...	Destinat...	Categoria	Tipo de ...	Tipo de ...	Docume...	Descrição	Doc. Vin...	Status	Opções
------------	-------------	-----------	-------------	-------------	-----------	-----------	-------------	--------	--------

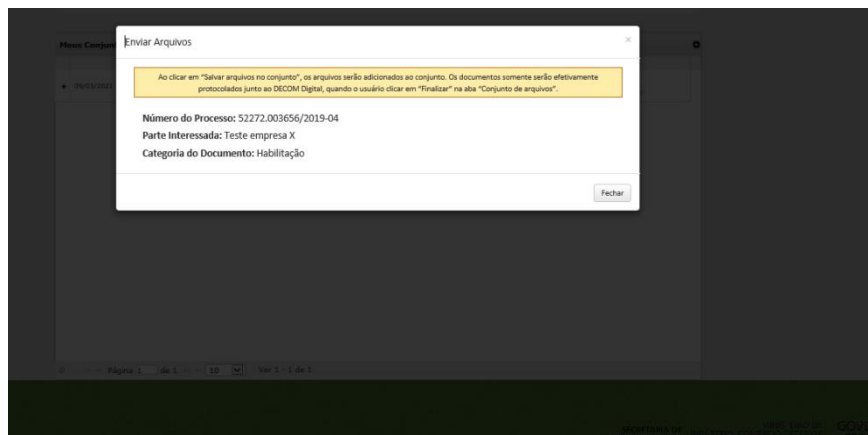
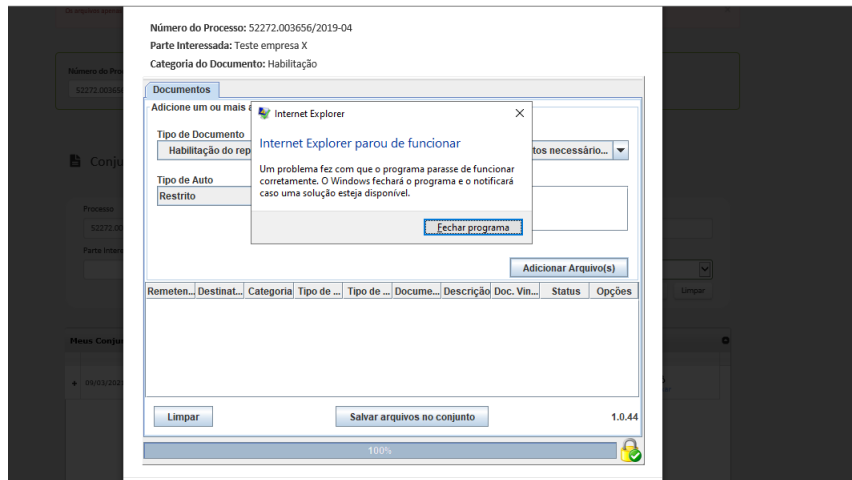
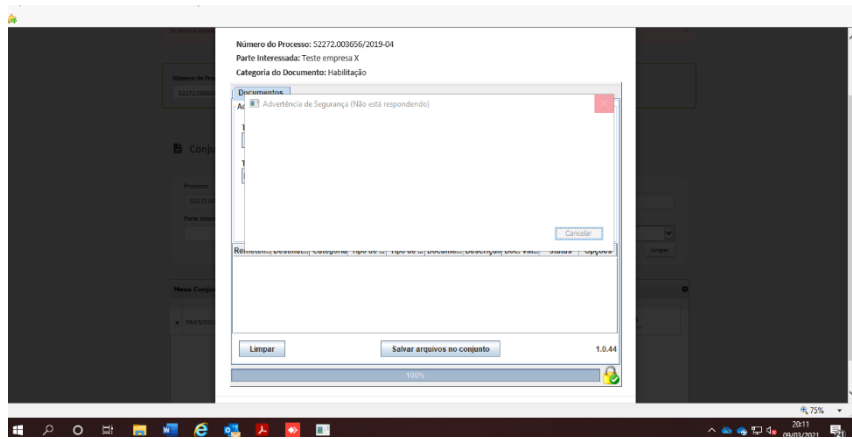
Limpar

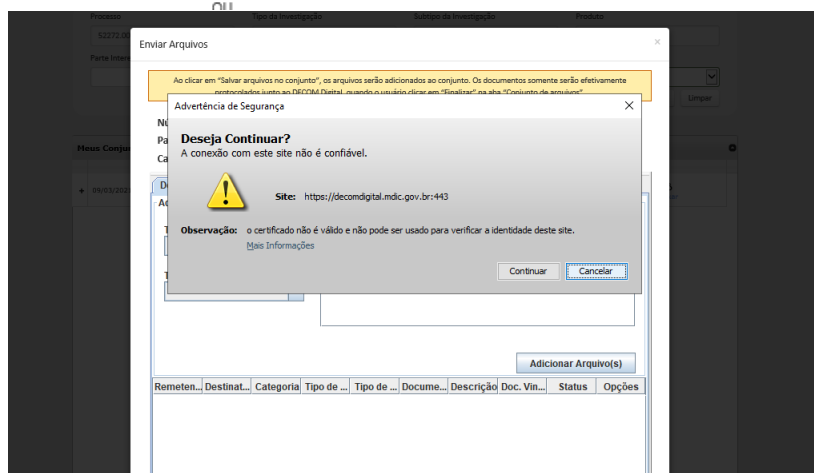
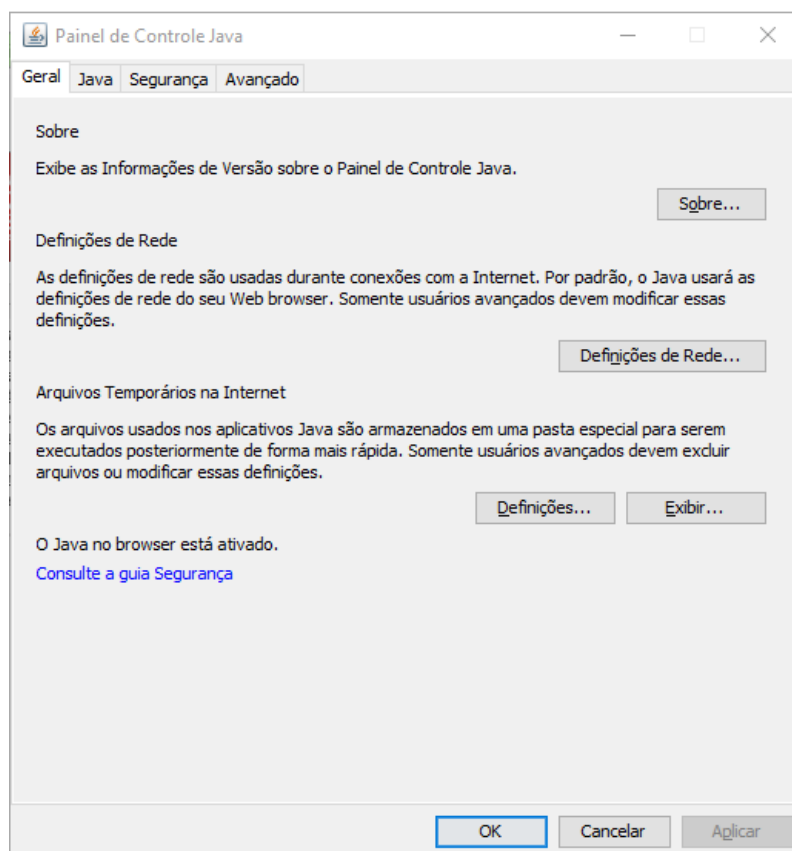
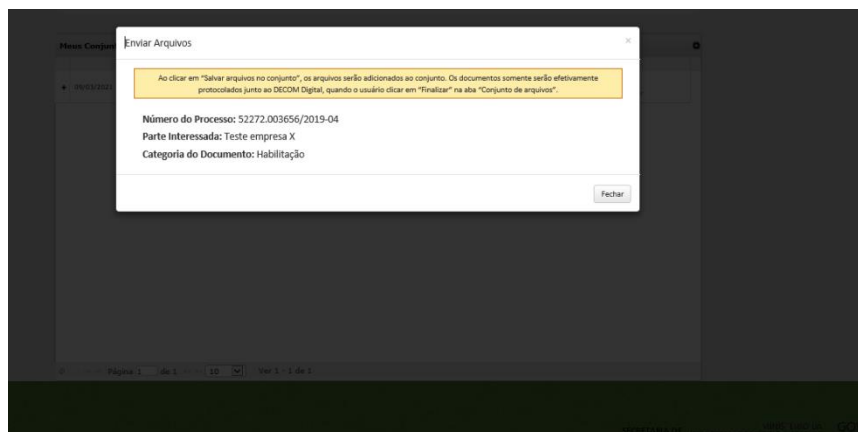
Salvar arquivos no conjunto

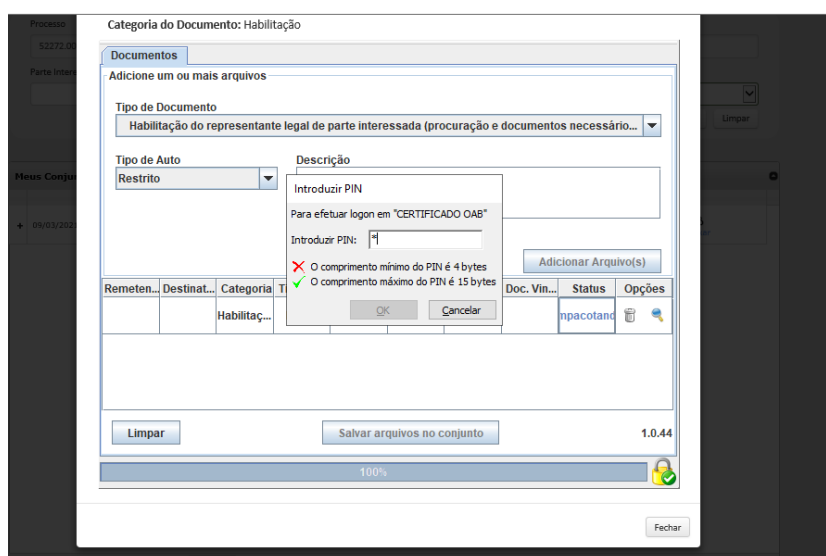
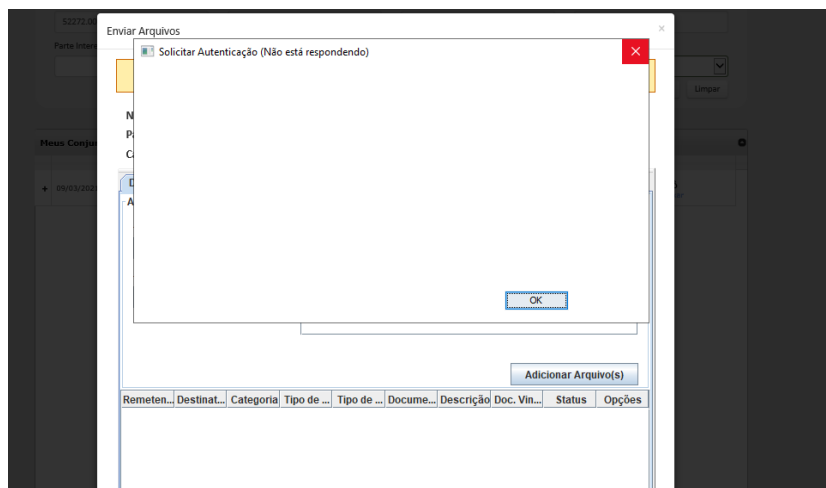
1.0.44

100%

⁸ Após o carregamento dos documentos no SDD o teste foi encerrado. Após esta etapa seria necessários confirmar e finalizar o protocolo.







2.2.2 SEI/ME – usuário externo

Registra-se, inicialmente, que diferentemente do que ocorre no âmbito do Decom Digital, os níveis de acesso aos processos no SEI pode ser classificado como: (i) público; (ii) restrito e (iii) sigiloso. Os processos públicos – tal e como já ocorre no âmbito das investigações de interesse público – são inteiramente públicos no âmbito do SEI, e são disponibilizados a qualquer pessoa que consulte o sistema. O acesso ao conteúdo dos processos restritos, por seu turno, se dá por meio da disponibilização pela SDCOM de acesso externo aos autos do processo a usuários cadastrados. Nestes casos, os andamentos processuais ficam igualmente disponíveis, restando o acesso ao conteúdo das informações resguardado às partes para as quais a SDCOM disponibilizar acesso externo. Por fim, no caso dos processos sigilosos os processos e seus documentos são

disponibilizados apenas para usuários com permissão específica e previamente credenciados. Além disso, os processos sigilosos não são recuperados na pesquisa de processos junto ao SEI⁹.

Por este motivo, parece-nos que seria mais adequado que tanto os autos confidenciais quanto os autos restritos das investigações de defesa comercial fossem cadastrados com o nível de acesso restrito, sendo o seu acesso controlado pela SDCOM, que conferirá acesso às partes habilitadas aos autos do processo restrito, e apenas aos técnicos da SDCOM e demais entidades envolvidas no processo decisório de defesa comercial acesso aos autos confidenciais do processo. Em ambos os casos, todavia, diferentemente do que ocorre no SDD, os andamentos processuais ficarão publicamente disponíveis, como já ocorre nas avaliações de interesse público, como demonstram os prints abaixo.

Autos públicos da avaliação de interesse público sobre Ácido Adípico¹⁰ – links em azul representam documentos clicáveis e publicamente disponíveis para todos os interessados.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

sei

3.1.5

Pesquisa Processual

Gerar PDF

Autuação					
Processo:	19972.100556/2020-98				
Tipo:	Comércio e Comércio Exterior: Avaliação de interesse público em medidas de defesa comercial				
Data de Registro:	30/03/2020				
Interessados:					

Lista de Protocolos (31 registros):

<input checked="" type="checkbox"/>	Documento / Processo	Tipo de Documento	Data do Documento	Data de Registro	Unidade
<input type="checkbox"/>	7302179	Circular SECEX nº 20/2020 - Início DC	30/03/2020	31/03/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	7515070	Circular SECEX nº 20/2020 - Retificação	02/04/2020	13/04/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	7945456	Ofício Circular 1529	11/05/2020	11/05/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	7993362	E-mail	11/05/2020	11/05/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	14021.124519/2020-09	Comércio e Comércio Exterior: Avaliação de interesse público em medidas de defesa comercial	21/05/2020	21/05/2020	DAL-CGTP-PROT DIG
<input type="checkbox"/>	8551055	Questionário de Avaliação de Interesse Público CADE	09/06/2020	09/06/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	8697558	Ofício CADE - Resposta Ofício 1529	09/06/2020	18/06/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	11296074	E-mail	21/10/2020	21/10/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	11048986	Parecer 16312	22/10/2020	22/10/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	11316973	Circular Secex nº 71/2020 - Inicia AIP	20/10/2020	22/10/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	11317331	Parecer AIP Preliminar	09/10/2020	22/10/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	11348452	Petição Procuração e Solicitação Acesso Parecer	23/10/2020	23/10/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	11348453	Recibo Eletrônico de Protocolo	23/10/2020	23/10/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	11392108	Extrato Ofício de Encaminhamento - Rhodia	26/10/2020	26/10/2020	SECEX-SDCOM-CGIP
<input type="checkbox"/>	11427532	Ofício Circular 3875	28/10/2020	28/10/2020	SECEX-SDCOM-CGIP

Autos restritos da avaliação de interesse público sobre Ácido Adípico¹¹ – documentos sem links em azul e com chave amarela ao lado representam documentos disponíveis exclusivamente para as partes designadas pela SDCOM.

⁹ Conforme registra a Cartilha do Usuário do SEI: “a pesquisa não recupera dados de processos e documentos categorizados como sigilosos”.

¹⁰ Disponível em:

<https://sei.economia.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?1aaAMl9DnFIYx7qkIXZ6uhUdJrQUFjWYqIzYECQ58W5YK3CiZdzBZCciMqk1XkfObu-UA1dFxiaP6qD5yJTFpSlSH6nLixhsz8PmuRXq4auUjcN410RT785qf27bgigQ>. Acesso em 30/03/2021.

¹¹ Disponível em:

<https://sei.economia.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?1aaAMl9DnFIYx7qkIXZ6uhUdJrQUFjWYqIzYECQ58W5YK3CiZdzBZCciMqk1XkfObu-UA1dFxiaP6qD5yJTFpWJ_fbjYUvlynihDEoHwcVm9SE_4xl7ywmDZCQZ258K>. Acesso em 30/03/2021.

¹² Diferentemente da função “Painel” do SDD, a função “controle de acessos externos” do SEI (tanto para usuários internos quanto para usuários externos) não permite a busca por produto investigado, mas apenas por número de processos.

ACESSO EXTERNO COM DISPONIBILIZAÇÃO PARCIAL DE DOCUMENTOS

permite a visualização dos documentos protocolados pela parte nos autos do processo, similarmente à função meus documentos do SDD.¹³

Processo / Documento	Tipo	Data	Unidade	Ações
Número SEI com link clicável	Requerimento Pedido		SECEX-SECEX	
Número SEI com link clicável	Complemento Procuração		SECEX-SECEX	
Número SEI com link clicável	Complemento Documentos societários		SECEX-SECEX	
Número SEI com link clicável	Recibo Eletrônico de Protocolo		SECEX-SECEX	
Número SEI com link clicável	Despacho		SECEX-SDCOM-CGP	
Número SEI com link NÃO clicável	Nota Técnica SEI nº 17		SECEX-SDCOM-CGP	
Número SEI com link NÃO clicável	Nota Técnica SEI nº 17		SECEX-SDCOM-CGP	
Número SEI com link NÃO clicável	Despacho		SECEX-SDCOM-CGSC	
Número SEI com link NÃO clicável	Nota Técnica		SECEX-SDCOM-CGSC	

PETICIONAMENTO INTERCORRENTE¹⁴:

o protocolo de documentos via SEI é mais simples que o realizado via SDD. O procedimento é similar ao petiçãoamento de processo novo.

Processo	Documento	Tipo	Liberação	Unidade	Ações
00000000000000000000	00000000000000000000	Requerimento Pedido		SECEX-SECEX	
00000000000000000000	00000000000000000000	Complemento Procuração		SECEX-SECEX	
00000000000000000000	00000000000000000000	Complemento Documentos societários		SECEX-SECEX	
00000000000000000000	00000000000000000000	Recibo Eletrônico de Protocolo		SECEX-SECEX	
00000000000000000000	00000000000000000000	Despacho		SECEX-SDCOM-CGP	
00000000000000000000	00000000000000000000	Nota Técnica SEI nº 17		SECEX-SDCOM-CGP	
00000000000000000000	00000000000000000000	Nota Técnica		SECEX-SDCOM-CGSC	

Após o preenchimento das informações pertinentes e anexação dos respectivos arquivos, clicar no botão peticionar¹⁵.

Inserir dados do representante legal e clicar no botão assinar, concluindo o petiçãoamento intercorrente.

Número	Tipo	Processo	Data de Atuação	Ações
00000000000000000000	Requerimento Pedido	00000000000000000000	04/01/2021	

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
carteira-de-usuario-do-sei.pdf	06/03/2021 16:40:07	6.40 kb	Acesso-Acesso-Interno	Restrito	Nota-Digital	

¹³ Esta função permitiria que a SDCOM conferisse acesso às partes interessadas apenas aos documentos protocolados por seus representantes legais, tal e como se verifica no SDD na função autos restritos.

¹⁴ Para chegar a esta tela, acesse o endereço eletrônico do SEI/ME para usuários externos informando e-mail e senha cadastrados. No menu principal (lado esquerdo da tela), acessar a opção Petiçãoamento e clicar em “intercorrente”.

¹⁵ Destaca-se que o print acima na tela petiçãoamento intercorrente indica a opção “Em Processo Novo Relacionado ao Processo Indicado” que foi a opção disponibilizada no SEI Homologação no qual foi criado o processo teste criado no ambiente homologação e posteriormente objeto do protocolo via usuário externo. Conforme registra o manual de utilização do SEI, todavia, e utilizado pela CCGI/SDCOM, o SEI permite o protocolo de documentos diretamente pelos usuários nos autos do processo, evitando que seja gerado um processo novo relacionado ao processo principal para cada protocolo realizado pelas partes. A opção de protocolo diretamente nos autos do processo nos parece mais adequada por permitir a formação de autos completos do processo de modo a permitir aos usuários externos o exercício do contraditório e da ampla defesa, indispensáveis aos processos de defesa comercial.

SEI - Concluir Peticionamento - Assinatura Eletrônica

Não seguro | sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?id_tipo_procedimento=77&acao=peticiona...

Concluir Peticionamento - Assinatura Eletrônica

Assinar Fechar

A confirmação de sua senha de acesso iniciará o peticionamento e importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, são de sua exclusiva responsabilidade: a conformidade entre os dados informados e os documentos; a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência; a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada; a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre; a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

Usuário Externo:

Cargo/Função:

Senha de Acesso ao SEI:

ABA PAINEL DA INVESTIGAÇÃO (SDD)

Não há funcionalidade equivalente no SEI

Aba pendências (SDD)

Não há funcionalidade equivalente no SEI. As pendências poderiam, naturalmente, ser encaminhadas por ofício encaminhado por e-mail aos interessados via SEI.

ABA PARTES NÃO HABILITADAS (SDD)

Não há funcionalidade equivalente no SEI. As partes interessadas poderiam protocolar os respectivos documentos por meio do peticionamento do SEI, e o acesso aos autos restritos lhes seria conferido pela SDCOM após a regularização de sua representação processual.

2.3 Funcionalidades investigação em curso – Usuário Interno

2.3.1 Decom Digital¹⁶ - usuário interno

ABA PROCESSOS

a aba processos indica os processos em curso na SDCOM. Esta aba possui um campo de busca que é relevante para os usuários internos pois permite a busca por produto e por número de processo, facilitando a busca dos casos pelos investigadores, em virtude do elevado número de processos conduzidos pela SDCOM.

DECOM Digital CONTROLE E GESTÃO DE PROCESSOS

Nome e e-mail do usuário externo

Perguntas Frequentes | Legislação | Manual do Sistema | Fale com o MDIC

Processos

Criar Processo de ofício

Nome do Produto Número do Protocolo Data de Protocolo Tipo de Investigação

Subtipo de Investigação Status Investigador Responsável

Pesquisar

Número do processo Tipo: Antidumping Subtipo: Revisão de Final de Período

Peticionário Produto

data Representante

investigador responsável

Número do processo Tipo: Antidumping Subtipo: Investigação Original

Peticionário Produto

data Representante

investigador responsável

ABA PROCESSOS/ PAINEL INVESTIGAÇÃO¹⁷

Painel de investigações para o usuário interno do Decom Digital apresenta funções adicionais às disponíveis aos usuários externos, contemplando, além daquelas disponíveis aos usuários internos, as abas: (i) autos confidenciais;

(ii) analisar

DECOM Digital CONTROLE E GESTÃO DE PROCESSOS

Nome e e-mail do usuário interno

Processos

Criar Processo de ofício

Nome do Produto Número do Protocolo Data de Protocolo Tipo de Investigação

Subtipo de Investigação Status Investigador Responsável

Pesquisar

Número do processo Tipo: Antidumping Subtipo: Revisão de Final de Período

Peticionário Produto

data Representante

investigador responsável

Número do processo Tipo: Antidumping Subtipo: Investigação Original

Peticionário Produto

data Representante

investigador responsável

¹⁶ Reitera-se que de modo a assegurar o cumprimento às melhores práticas de compliance, a avaliação das funções internas do sistema Decom Digital se deu por meio de videoconferência com a equipe SDCOM na qual foram demonstradas as funções do sistema, sem que houvesse acesso direto ao acervo de processos em curso na SDCOM.

¹⁷ O painel pesquisar permite a busca por produto e por número de processo, facilitando a busca dos casos pelos investigadores, em virtude do elevado número de processos conduzidos pela SDCOM.

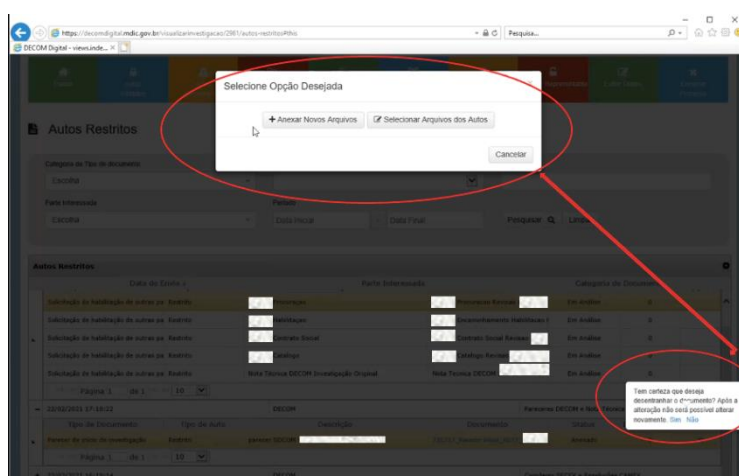
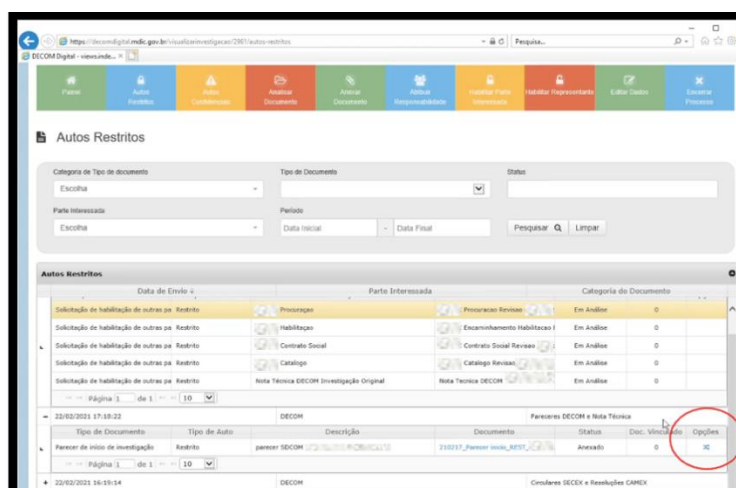
documento;
 (iii) atribuir
 responsabilidade;
 (iv) habilitar parte
 interessada;
 (v) habilitar
 representante; e
 (vi) encerrar processo

ABA AUTOS RESTRITOS

Apresenta as mesmas informações disponíveis ao usuário externo, i.e., versões restritas dos documentos apresentados por todas as partes e pela SDCOM.¹⁸

Desentranhamento de documentos:

Além da visualização de documentos, a aba autos restritos para usuários internos permite o desentranhamento de documentos. Para tanto, ao desentranhar o documento o técnico responsável deverá simultaneamente fazer o upload de documento justificando o desentranhamento do documento.



ABA PROCESSOS/ AUTOS CONFIDENCIAIS

disponíveis para acesso exclusivo da SDCOM, a aba autos confidenciais compila os documentos confidenciais

¹⁸ Conforme demonstra o print acima, o SDD permite a utilização de filtros para os documentos restritos por (i) categoria de documento; (ii) tipo de documento; (iii) parte interessada; (iv) período; e (v) status.

disponibilizados por todas as partes interessadas.¹⁹

ABA PROCESSOS/ ANALISAR DOCUMENTOS

Indica os documentos apresentados pelas partes interessadas para posteriormente disponibilizá-los nos autos do processo.

Atribuição de documentos a partes não habilitadas
na aba analisar documentos os investigadores da SDCOM também devem atribuir os documentos apresentados por partes não habilitadas às respectivas partes interessadas.

Anexação de documentos:
Após a análise o investigador da SDCOM pode:
(i) anexar o documento aos autos;
(ii) anexar o documento com pendências; ou
(iii) não anexar o documento.



Autos Confidenciais

Formulário de filtros para a aba Autos Confidenciais:

- Categoria de Tipo de documento: Escolha
- Tipo de Documento: [Selecção]
- Status: [Selecção]
- Parte Interessada: Escolha
- Período: Data Inicial - Data Final
- Botoes: Pesquisar, Limpar

Data de Envio	Parte Interessada	Categoria do Documento
25/02/2021 16:24:17	Peticionário	Manifestação
22/02/2021 17:18:22	DECOM	Pareceres DECOM e Nota Técnica
25/01/2021 21:34:18	Peticionário	Informações complementares à petição
25/01/2021 21:09:50	Peticionário	Informações complementares à petição



Analisar Documentos

Formulário de filtros para a aba Analisar Documentos:

- Categoria de Tipo de documento: Escolha
- Tipo de Documento: [Selecção]
- Status: Em Análise, Anexado, Anexado com Pendência, Não Anexado
- Parte Interessada: Escolha
- Período: Data Inicial - Data Final
- Botoes: Pesquisar, Limpar filtros



Analisar Documentos

Formulário de filtros para a aba Analisar Documentos:

- Categoria de Tipo de documento: Escolha
- Tipo de Documento: [Selecção]
- Status: [Selecção]
- Parte Interessada: Escolha
- Período: Data Inicial - Data Final
- Botoes: Pesquisar, Limpar filtros

Data de Envio	Parte Interessada	Categoria do Documento
25/02/2021 16:24:17	Peticionário	Manifestação
23/02/2021 17:22:45	Escolha	Habilitado
25/01/2021 21:54:47	Peticionário	Informações complementares à petição
25/01/2021 21:34:18	Peticionário	Informações complementares à petição
25/01/2021 21:09:50	Peticionário	Informações complementares à petição
14/01/2021 11:28:04	Peticionário	Manifestação
19/10/2020 15:51:28	Peticionário	Petição



Analisar Documentos

Formulário de filtros para a aba Analisar Documentos:

- Categoria de Tipo de documento: Escolha
- Tipo de Documento: [Selecção]
- Status: [Selecção]
- Parte Interessada: Escolha
- Período: Data Inicial - Data Final
- Botoes: Pesquisar, Limpar

Data de Envio	Parte Interessada	Categoria do Documento
25/02/2021 16:24:17	Peticionário	Manifestação
23/02/2021 17:22:45	Escolha	Habilitado

Menu de acção para o documento selecionado:

- Escolha
- Anexado
- Anexado com Pendência
- Não Anexado
- Anexar...
- Opções
- Excluir...

¹⁹ Eventualmente documentos confidenciais produzidos pela SDCOM em relação a determinada parte interessada (e.g., memória da cálculo da margem de dumping individual) precisam ser disponibilizados para a parte interessada. Nestes casos a SDCOM encaminha o documento confidencial à aba “meus documentos” da respectiva parte interessada.

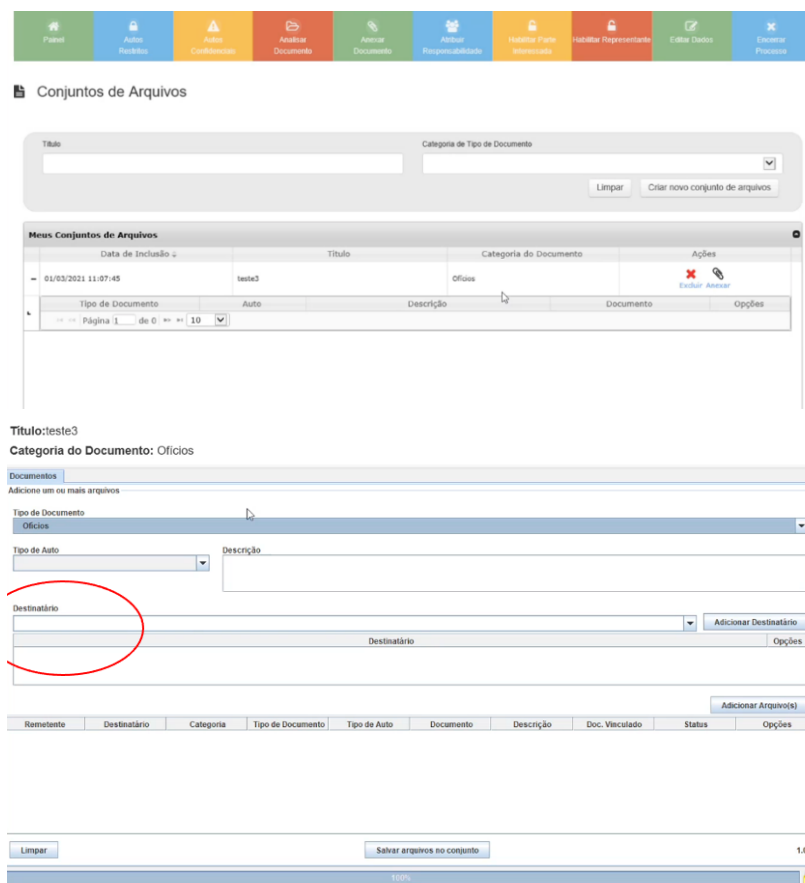
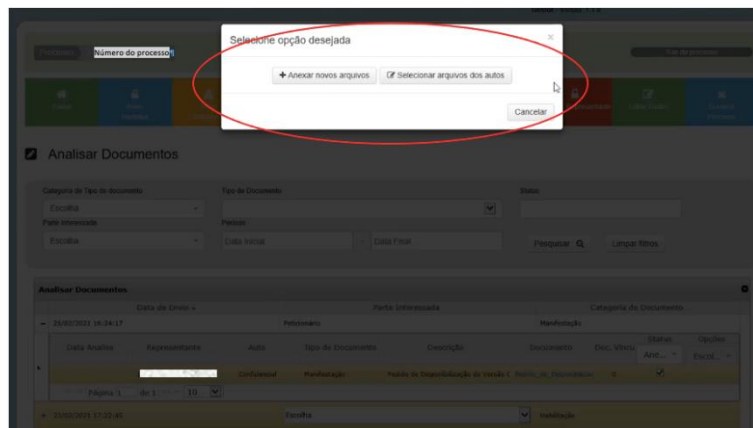
Na hipótese de não anexação ou anexação com pendência, é necessário simultaneamente anexar outro documento com a respectiva justificativa.²⁰

A aba analisar documentos também permite o desentranhamento e vinculação de documentos²¹

ABA PROCESSOS/ ANEXAR DOCUMENTOS

Para usuários internos é similar à dos usuários externos.

O SDD permite a anexação de vários documentos ao mesmo tempo, tal e como dos usuários externos, com a diferença de que o usuário externo pode seleccionar o destinatário do documento.



²⁰ SDD cria automaticamente uma pendência indicando o documento relativo à justificativa de não anexação para os representantes legais da parte interessada. O upload de documentos no SDD pelos técnicos da SDCOM também é realizado por meio do aplicativo Java, com a mesma morosidade identificada pelos usuários externos.

²¹ O procedimento é o mesmo demonstrado anteriormente, razão pela qual não será detalhado neste tópico.

ABA PROCESSOS/ ATRIBUIR RESPONSABILIDADE

Disponível apenas para perfis de gestor. Coordenador geral para indicar os técnicos responsáveis por cada investigação.²²

Início	Fim	Investigador Responsável	Opções
05/01/2021			
18/01/2021			
05/01/2021			

ABA PROCESSOS/ HABILITAR PARTE INTERESSADA E REPRESENTANTE LEGAL²³

Permite a habilitação nos autos das empresas e seus representantes legais, respectivamente.²⁴

Parte Interessada	Opções
Petionário	

Início	Fim	Parte Interessada	Representante	CNPJ / CPF / Passaporte	Opções
		Petionário			

²² Apenas os investigadores com responsabilidade sobre determinado processo conseguem analisar os documentos e anexar os arquivos, embora os

²³ Período de habilitação do representante legal coincide com o período de vigência da procuração anexada aos autos. Ao final deste período o acesso do representante legal é automaticamente suspenso pelo SDD.

²⁴ A partir do momento da habilitação o representante legal passa a acessar os autos restritos e pode fazer upload de arquivos pela aba anexar documentos e não mais pela aba partes não habilitadas.

ABA PROCESSOS/ EDITAR DADOS

Permite aos investigadores a edição das informações constantes do painel da investigação, caso necessário.

The interface shows a top navigation bar with a 'Processo' tab and a 'Número do processo' field. Below this is a horizontal menu with icons for 'Painel', 'Autos Restritos', 'Autos Confidenciais', 'Analisar Documento', 'Anexar Documento', 'Alterar Responsabilidade', 'Habilitar Parte Interessada', 'Habilitar Representante', 'Editar Dados', and 'Encerrar Processo'. The main content area is titled 'Alterar Dados' and includes a 'Tipo da Petição: Atidumping' and 'Subtipo da petição: Revisão de Final de Período'. It features a 'Período de vigência' field, a 'Produto' field with a red error icon, and a 'Detalhamento do seu produto' section with a table containing 'NCM' and 'Nome do produto' columns.

ABA PROCESSOS/ ENCERRAR PROCESSO

Permite o encerramento da investigação.

The interface shows a top navigation bar with a 'Processo' tab and a 'Número do processo' field. Below this is a horizontal menu with icons for 'Painel', 'Autos Restritos', 'Autos Confidenciais', 'Analisar Documento', 'Anexar Documento', 'Alterar Responsabilidade', 'Habilitar Parte Interessada', 'Habilitar Representante', 'Editar Dados', and 'Encerrar Processo'. The main content area is titled 'Encerrar Processo' and includes a 'ATENÇÃO' warning. It features a 'Sem Aplicação de Medida' section with 'Número Circular SECEX' and 'Ano Circular SECEX' fields, and a 'Com Aplicação de Medida' section with 'Resolução Camex. Ex.: 1/2014' and 'Período' fields. A 'Encerrar Processo' button is located at the bottom.

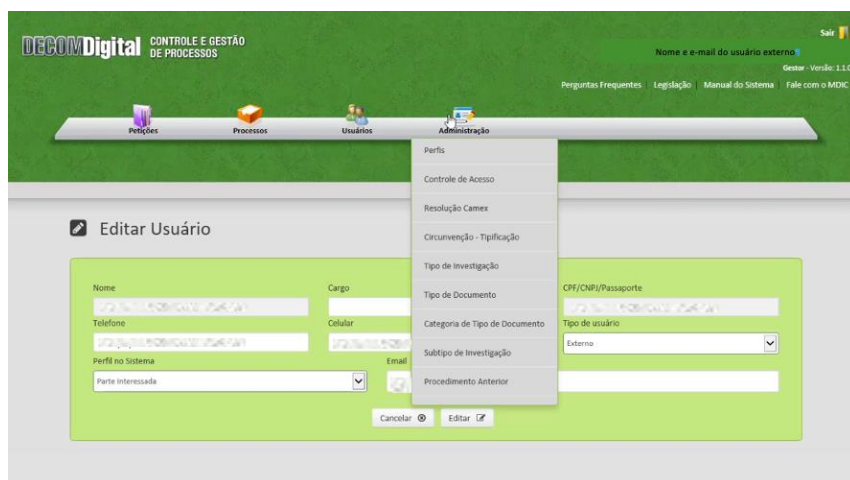
ABA CONTROLE DE USUÁRIOS

Permite consultar quais são os usuários cadastrados no sistema, bloquear, excluir, editar os dados dos usuários e indicar se o usuário é externo ou interno.



ABA ADMINISTRAÇÃO

Parametrização das opções para caracterização do sistema customizando o sistema.

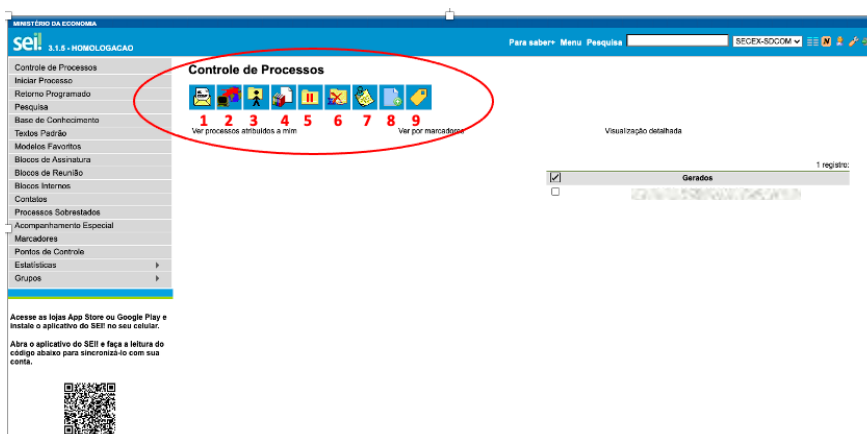


2.3.2 SEI/ME – usuário interno

TELA CONTROLE DE PROCESSOS

É a tela principal do SEI, onde são visualizados todos os processos que estão na sua unidade. Os processos estão separados em dois grupos:









- (a) processos recebidos de outras unidades; e
- (b) processos gerados pela própria unidade do usuário logado.



O grupo de ícones exibidos apresenta funcionalidades que possibilitam efetuar operações para um processo ou um conjunto de processos (operações em lote). Para essas operações, basta marcar a caixa de seleção () ao lado de cada número de processo desejado (colunas Recebidos e/ou Gerados) e, então, selecionar o ícone correspondente à ação desejada.

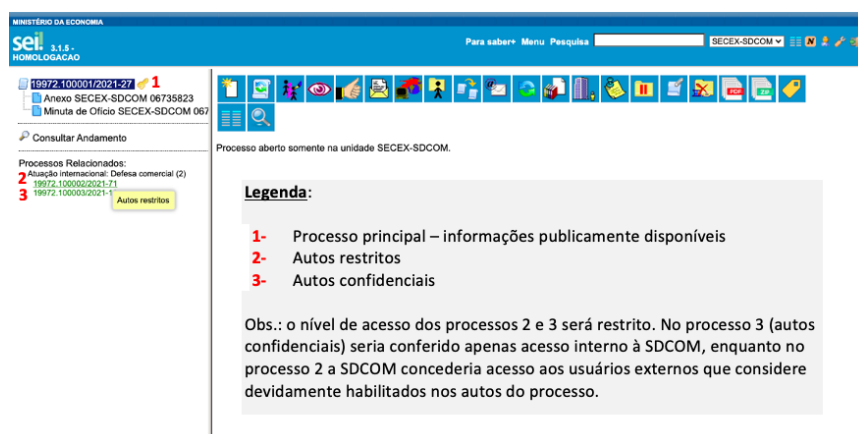
1. **Enviar processo** : permite tramitar processo(s) para outra unidade. Conclui o processo na unidade remetente, a menos que, no momento do envio, o usuário assinala a opção "Manter o processo aberto na unidade atual". Se concluído, o processo desaparecerá da tela "Controle de

Processos”, mas poderá ser recuperado na Pesquisa ou Acompanhamento Especial (quando assinalado).

2. **Atualizar andamento** : permite incluir uma informação ou despacho de andamento ao(s) processo(s) selecionado(s).
3. **Atribuição de processos** : permite distribuir processos entre os usuários da unidade, atribuindo-lhes responsabilidade. Essa informação não fica disponível para outras unidades que, eventualmente, consultarem o processo.²⁵
4. **Incluir em bloco** : utilizado para organizar os processos dentro do sistema, incluindo-os em Bloco Interno ou Bloco de Reunião.
5. **Sobrestar processo** : utilizado quando o processo precisa aguardar alguma providência antes de ter prosseguimento, mantendo-se suspenso temporariamente na unidade.
6. **Concluir processo nesta unidade** : permite finalizar o processo na unidade em que o usuário está logado. O processo desaparecerá da tela “Controle de Processos”, mas poderá ser recuperado na Pesquisa ou Acompanhamento Especial (quando assinalado).
7. **Anotações** : permite inserir informações adicionais que não devem constar dos autos do processo. Utilizado geralmente para orientações internas de trabalho da equipe. Essas informações não ficam disponíveis para outras unidades que, eventualmente, consultarem o processo.
8. **Incluir documento** : permite incluir novo documento no(s) processo(s) selecionado(s)²⁶.
9. **Gerenciar marcador** : permite que a unidade crie e gerencie marcadores para os processos sob sua gestão. Utilizado para organização interna da equipe de trabalho. Essas informações não ficam disponíveis para unidades que, eventualmente, consultarem o processo.

CRIAR PROCESSO RELACIONADO

Embora não exista uma aba autos confidenciais no SEI, é possível criar um processo relacionado, indicando os autos confidenciais/ autos restritos. No processo principal seria possível incluir as informações publicamente disponíveis. A partir dos marcadores ficaria claro para os técnicos qual apartado se refere a qual processo.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
sei 3.1.5 - HOMOLOGAÇÃO

Para saber+ Menu Pesquisa

19972.100001/2021-27 1
Anexo SECEX-SDCOM 06735823
Minuta de Ofício SECEX-SDCOM 067

Consultar Andamento

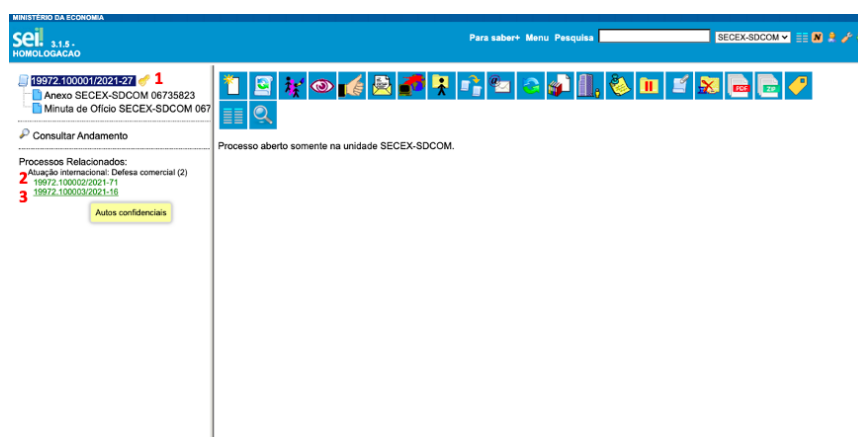
Processos Relacionados:
2 Atuação internacional: Defesa comercial (2)
3 19972.100002/2021-71
19972.100003/2021-1 Autos restritos

Processo aberto somente na unidade SECEX-SDCOM.

Legenda:

1- Processo principal – informações publicamente disponíveis
2- Autos restritos
3- Autos confidenciais

Obs.: o nível de acesso dos processos 2 e 3 será restrito. No processo 3 (autos confidenciais) seria conferido apenas acesso interno à SDCOM, enquanto no processo 2 a SDCOM concederia acesso aos usuários externos que considere devidamente habilitados nos autos do processo.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
sei 3.1.5 - HOMOLOGAÇÃO

Para saber+ Menu Pesquisa

19972.100001/2021-27 1
Anexo SECEX-SDCOM 06735823
Minuta de Ofício SECEX-SDCOM 067

Consultar Andamento

Processos Relacionados:
2 Atuação internacional: Defesa comercial (2)
3 19972.100002/2021-71
19972.100003/2021-18 Autos confidenciais

Processo aberto somente na unidade SECEX-SDCOM.

²⁵ Função equivalente à função atribuir responsabilidade do Decom Digital. No sei, no entanto, a informação não fica disponível para outras unidades, enquanto no SDD, após a atribuição da responsabilidade aos (às) técnicos (as) sobre determinado processo, os demais investigadores da SDCOM podem visualizar o processo, mas não podem editá-lo.

²⁶ Similar à função anexar documentos do SDD.

ANEXAR DOCUMENTO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SEI 3.1.5 - HOMOLOGAÇÃO


Para saber: Menu Pesquisa SECEX-SDCOM

19972.1000022021-74
Nota Técnica 3 (06735845)

Consultar Andamento

Processos Relacionados:
Atuação Internacional: Defesa comercial (1)

Processo aberto somente na unidade SECEX-SDCOM.

Clique no ícone  incluir documento destacado acima

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SEI 3.1.5 - HOMOLOGAÇÃO


Para saber: Menu Pesquisa SECEX-SDCOM

19972.1000022021-74
Anexo SECEX-SDCOM 06735823
Minuta de Ofício SECEX-SDCOM 067

Consultar Andamento

Processos Relacionados:
Atuação Internacional: Defesa comercial (2)
19972.1000022021-71
19972.1000032021-16

Gerar Documento

Escolha o Tipo do Documento: 

- Externo
- Afastamento do País
- Aferição de Critérios para Ocupação de DAS/FCPE
- Anexo
- Autorização para Afastamento do País
- Cadastro de Usuário no Painel SEI em Números
- Concessão de Recesso Remunerado
- Designação ou Dispensa de FCT e FG
- Despacho
- Formulário de Cadastro de Usuário no SEI
- Horário Especial ao Servidor Estudante
- Identificação da Oportunidade de Estágio
- Informações Cadastrais do Estudante (ICE)
- Licença para Capacitação
- Minuta Afastamento Estudo ou Missão no Exterior
- Minuta de Circular
- Minuta de Exposição de Motivos
- Minuta de Ofício
- Minuta de Proposta de Decreto
- Minuta de Resolução

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SEI 3.1.5 - HOMOLOGAÇÃO

Para saber: Menu Pesquisa SECEX-SDCOM

19972.1000022021-74

Consultar Andamento

Processos Relacionados:
Atuação Internacional: Defesa comercial (1)

Gerar Documento

Nota Técnica Confirmar Dados Salvar

Texto Inicial

☐ Documento Modelo
☐ Texto Padrão
☒ Nenhum

Descrição:
Teste Deborah Melo - Consultoria para transição SDO para SEI

Interessados:

Classificação por Assuntos:

Observações desta unidade:
Teste Deborah Melo - Consultoria para transição SDO para SEI

Interessados:

Classificação por Assuntos:

Observações desta unidade:


Nível de Acesso

☐ Sigiloso ☒ Resrito ☐ Público

Hipótese Legal:
Defesa Comercial e Interesse Público (Arts 22 e 36 Lei 1252/11; 8º, I e IV Dec 7724/12)

seihom.economia.gov.br/sei/controlador.php?acao=editor_montar&id_procedimento=7808307&id_documento=7808309&inf...

Salvar | N | I | S | abc | X | X | A | 100 % | AutoTexto | Estilo

 **MINISTÉRIO DA ECONOMIA**
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Secretaria de Comércio Exterior
Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público

Nota Técnica SEI nº 3/2021/ME

Assunto: **[inserir o assunto em negrito].**

Senhor(a) @cargo_destinatario@,

Histórico do Processo 19972.100002/2021-71

[Atualizar Andamento](#)

Ver histórico completo

Lista de Andamentos (1 registro):

Data/Hora	Unidade	Usuário	Descrição
11/03/2021 16:04	SECEX-SDCOM	ADMINISTRATIVO	Processo restrito gerado, Defesa Comercial e Interesse Público (Arts 22 e 36 Lei 12527/11; 6º, I, e 74 Dec 7724/12)

ATRIBUIR RESPONSABILIDADE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
sei 3.1.5 - HOMOLOGAÇÃO

Para saber+ Menu Pesquisa SECEX-SDCOM

19972.100002/2021-71
Nota Técnica 3 (06735845)

Consultar Andamento

Processos Relacionados:
Atuação internacional: Defesa comercial (1)

Processo aberto somente na unidade SECEX-SDCOM.

Clique no ícone  atribuir processo destacado acima

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
sei 3.1.5 - HOMOLOGAÇÃO

Para saber+ Menu Pesquisa SECEX-SDCOM

19972.100002/2021-71
Nota Técnica 3 (06735845)

Consultar Andamento

Processos Relacionados:
Atuação internacional: Defesa comercial (1)

Atribuir Processo

Atribuir para:

[Salvar](#) [Cancelar](#)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
sei 3.1.5 - HOMOLOGAÇÃO

Para saber+ Menu Pesquisa SECEX-SDCOM

19972.100002/2021-71
Nota Técnica 3 (06735845)

Consultar Andamento

Processos Relacionados:
Atuação internacional: Defesa comercial (1)

Processo aberto somente na unidade SECEX-SDCOM (atribuído para ADMINISTRATIVO).

HABILITAR
REPRESENTANTE
LEGAL / PARTE NÃO
INTERESSADA



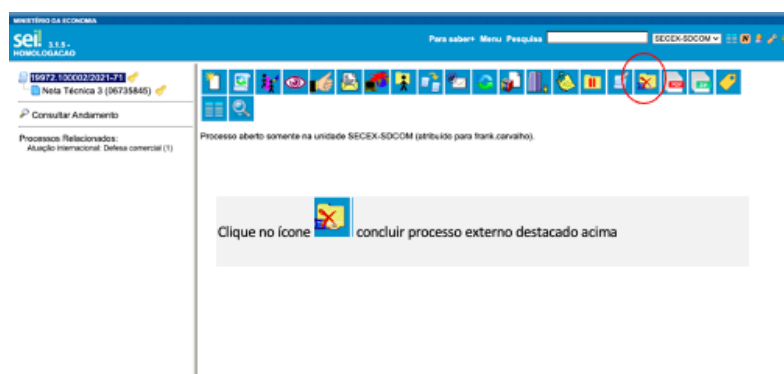
seihom.economia.gov.br diz

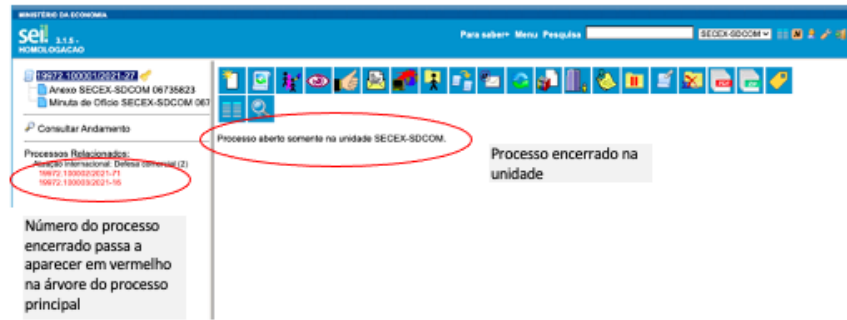
Disponibilização de Acesso Externo enviada.

Verifique posteriormente a caixa postal da unidade para certificar-se de que não ocorreram problemas na entrega.

OK

ENCERRAR
PROCESSO NA
UNIDADE





EDITAR DADOS (SDD)

Não foi identificada função equivalente no SEI

CONTROLE DE USUÁRIOS (SDD)

O controle de usuários é realizado pela administração do SEI junto ao ME

ADMINISTRAÇÃO (SDD)

O controle de usuários é realizado pela administração do SEI junto ao ME

3 ETAPA 02 – ESTUDO DE VIABILIDADE E ALTERNATIVAS PARA A TRANSIÇÃO DO SISTEMA DECOM DIGITAL (SDD) E PARA O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

Como brevemente mencionado na introdução, trataremos nesta etapa (i) do histórico de problemas junto ao SDD, posicionamento dos usuários do sistema e dificuldades relacionadas à manutenção da utilização do SDD pelos usuários do sistema e equipe da SDCOM e (ii) da viabilidade da transição das funções do SDD para o SEI, tratando de questões relacionadas à necessidade de assinatura de documentos por meio de certificado digital e as possibilidades contempladas pelo SEI, tamanho e formato de arquivos suportados pelo sistema.

3.1 Histórico de problemas junto ao SDD, posicionamento dos usuários do sistema e dificuldades relacionadas à manutenção da utilização do SDD para a condução de processos de defesa comercial e equipe da SDCOM.

Como mencionado na Etapa 01, o procedimento administrativo eletrônico relativo aos processos de defesa comercial é atualmente regulamentado pela Portaria SECEX nº 30, de 7 de junho de 2018. No entanto, por força no disposto pela Portaria ME nº 294, de 04/08/2020, o SEI passou a ser a instância principal a ser utilizada no âmbito do Ministério da Economia. A Portaria ME nº 294, de 04/08/2020 estabelece em seu art. 1º, §§ 3º a 5º que (i) ficam proibidas iniciativas para o desenvolvimento e implantação de sistemas com propósitos semelhantes; (ii) unidades do Ministério da Economia que, tal e como a SDCOM, possuem sistema informatizado próprio para a gestão de documentos e de processos eletrônicos e que optem por sua manutenção devem integrá-lo ao SEI/ME; e (iii) a critério do Órgão Gestor, poderá ser autorizada a implantação do SEI/ME, em base única multiórgão, em órgãos colegiados e entidades vinculadas à estrutura organizacional do Ministério da Economia.

No contexto desta normativa, a SDCOM poderia optar por (i) implementar esforços para a integração do SDD ao SEI; ou (ii) optar pela migração do SDD para o SEI, em linha com as justificativas já indicadas pelo órgão para a realização da presente consultoria. Ademais, tendo em vista que, como mencionado acima, o SEI foi implementado como sistema de gestão do Ministério da Economia posteriormente à criação do SDD e, conforme determina a Portaria ME nº 294, de 04/08/2020 acima mencionada, deverá ser realizada a substituição/integração dos sistemas existentes ao SEI, a presente análise de viabilidade, bem como as demais etapas do presente TR, mostram-se essenciais para conferir efetividade à determinação normativa de substituição do SDD pelo SEI e para que a migração ocorra sem impactos negativos ao Sistema Brasileiro de Defesa Comercial.

Posto isso, reitera-se que embora o SDD tenha representado uma iniciativa inovadora e muito relevante para os usuários do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial por ocasião de sua implementação, vem apresentando gargalos decorrentes de relevantes falhas de funcionamento.

Neste passo, rememora-se que já em 2017/2018²⁷, quando da publicação pela Camex de consulta pública relativa à Agenda Regulatória de Comércio Exterior do Brasil para o período de 2018/2019, foram apresentadas sugestões diversas relativas ao aprimoramento do Sistema Decom Digital²⁸

Em maior detalhamento, foram apresentadas propostas sobre o tema por 3 entidades de classe representativas de usuários do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial (IBRAC, CNI e CESA) que, em síntese, solicitaram os seguintes aprimoramentos em relação ao SDD:

- (i) Solução de indisponibilidades do sistema para protocolar e acessar documentos.
- (ii) Aprimoramento da operabilidade da plataforma. Possíveis ajustes no SDD para garantir constante e correto funcionamento, reforçando a segurança na utilização e a melhor experiência dos usuários externos. Importante oportunidade para serem endereçadas questões concernentes (i) ao reconhecimento do certificado digital e acesso ao SDD, (ii) ao sistema de protocolo de documentos, e (iii) às ferramentas de acesso aos autos, à disponibilização de documentos juntados e a outras funcionalidades do SDD.
- (iii) Disponibilização de alternativa(s) ao protocolo digital. Canais alternativos para o protocolo de documentos – via e-mail ou protocolo físico – tendo em consideração a recente implantação do SDD e as naturais dificuldades dos usuários externos no período de implantação do sistema e adaptação das partes.
- (iv) Implementação da ferramenta de notificação das partes através do Decom Digital. Considera-se desejável e necessário que o sistema do Decom Digital implemente ferramenta que possibilite a notificação das partes através do sistema.
- (v) Adoção de tecnologias mais recentes e permanente manutenção e atualização do SDD.
- (vi) Esclarecimento de meios alternativos para o protocolo de documentos nos casos em que a indisponibilidade se estender no tempo.
- (vii) A solução de problemas que têm afetado prazos e o acesso das partes a documentos fundamentais para a defesa dos seus interesses no âmbito das investigações de Defesa Comercial, o que representa problema grave de transparência, contraditório e ampla defesa aos envolvidos em investigações de defesa comercial.

A despeito dos esforços da SDCOM e da manutenção de equipe de informática dedicada para a solução de problemas reportados pelos usuários²⁹, os problemas relatados pelas entidades de

²⁷ Disponível em: <<http://www.camex.gov.br/noticias-da-camex/1925-agenda-regulatoria-de-comercio-exterior>>. Acesso em 31/03/2021.

²⁸ Disponível em: <<http://www.camex.gov.br/noticias-da-camex/2045-publicacao-dos-comentarios-e-respostas-a-consulta-publica>>. Acesso em 31/03/2021.

²⁹ Conforme registra o site da SDCOM, há plantão de informática para atendimento aos usuários, para a solução de problemas no SDD:

classe por ocasião da resposta à consulta pública persistiram. Ademais, há fatores adicionais mais recentes que devem ser considerados, em desfavor da continuidade da utilização do Sistema Decom Digital para a condução de processos de defesa comercial:

- (i) Necessidade de utilização do JAVA, aplicativo que é suportado apenas pelo navegador Internet Explorer, não sendo disponibilizado por navegadores mais seguros e modernos como o Google Chrome.³⁰
- (ii) Iminente descontinuidade do navegador Internet Explorer que, no momento, é o único browser que permite a realização de protocolos por meio do SDD. Além disso, como alertado pela própria Microsoft em seu site, embora ainda seja possível utilizar o navegador, sua utilização não é recomendada, tendo em vista que, em razão da ausência de atualizações desde 2016, a sua utilização não é segura, favorecendo ataques por vírus e spyware.³¹
- (iii) Lentidão excessiva do SDD. Como brevemente mencionado na Etapa 01 do presente TR, a navegação pelo SDD é extremamente morosa, mesmo com o sistema em pleno funcionamento. O tempo necessário para o acesso e navegação normal dos usuários pelo SDD é muitas vezes superior ao tempo necessário para a realização de ações semelhantes por meio do SEI, afetando negativamente a produtividade dos servidores da SDCOM e de todos os usuários do sistema.³²
- (iv) Além disso, os constantes problemas operacionais do SDD, conforme nos foi relatado pela SDCOM, acarretam a necessidade de manutenção de equipe de informática dedicada à SDCOM, enquanto as demandas de informática do SEI – que ocorrem em periodicidade significativamente inferior de acordo com a experiência desta consultora em processos tramitados no sistema – são centralizadas pelo Ministério da Economia, gerando economia de tempo e recursos financeiros.



Suporte ao Sistema Decom Digital

Os usuários que enfrentarem problemas na utilização do Sistema Decom Digital devem solicitar suporte na Central de Serviços do Ministério da Economia pelo número **(61) 2027-7200**.

Contudo, antes de acionar o suporte, recomenda-se que o usuário siga os passos indicados no passo a passo para configuração do computador e envio de documentos disponível [aqui](#).

● ● ● ● ●

Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/defesa-comercial-e-interesse-publico>>. Acesso em 31/03/2021.

³⁰ Conforme registra o site oficial do JAVA, o Chrome não oferece mais suporte à NPAPI (tecnologia necessária para applets Java). Embora o site do aplicativo mencione opções adicionais por meio da utilização de Web browsers, até o momento aparentemente o SDD não está apto para a realização de protocolos em outros navegadores.

³¹ Conforme registra o site da Microsoft: “O suporte para o Internet Explorer (IE) 10 e versões anteriores foi encerrado em 12/01/2016. As atualizações de segurança, as correções de compatibilidade e o suporte técnico continuam para o IE 11 no Windows 7, 8.1 e 10.” [...] “O que isso significa? Este é o momento de agir. Desde 12/01/2016, a Microsoft não fornece suporte técnico nem atualizações de segurança para as versões antigas do Internet Explorer. Atualizações de segurança regulares ajudam a proteger os dispositivos, portanto, fazer os upgrades e se manter atualizado é importante.” [...] “Sem as atualizações críticas de segurança do navegador, o PC pode ficar vulnerável a vírus prejudiciais, spyware e outros softwares mal-intencionados que podem roubar ou danificar informações e dados corporativos.”.

Disponível em: <<https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/windows/end-of-ie-support>>. Acesso em 31/03/2021.

³² A título de exemplo, em 05/04/2021 foi realizado teste para o cálculo do tempo de protocolo de um documento no SDD em relação ao tempo de protocolo do mesmo documento no SEI. Para o protocolo no SDD, após 27 minutos não havia sido possível concluir o protocolo pois, após o upload do documento, não aparecia a tela para finalização do protocolo, mesmo após diversas tentativas. Ademais, o sistema travou várias vezes durante este período. Para o protocolo do mesmo documento no SEI foram necessários menos de 3 (três) minutos.

Neste contexto, embora tenham sido empregados recursos financeiros relevantes para o desenvolvimento e manutenção do funcionamento do Sistema Decom Digital – que certamente representou um relevante avanço para a Defesa Comercial no Brasil no momento de sua implantação – é evidente que a sua utilização tem se tornado um gargalo para o desenvolvimento das atividades da SDCOM, assim como para os usuários externos do Sistema, que tem enfrentado cada vez mais dificuldades para o protocolo e acompanhamento de processos no SDD.

Este gargalo torna-se ainda mais evidente ao se comparar a navegabilidade e o tempo necessário para a realização de atividades processuais no SDD com as que se verificam no SEI. Destaca-se, ademais, que além de ser oficialmente o Sistema de gestão de processos do Ministério da Economia, por força da Portaria nº 294, de 4 de agosto de 2020 como já mencionado na Etapa 01 deste TR, o SEI já é utilizado pela SDCOM para a condução de avaliações de interesse público e vem funcionando com tranquilidade e sem dificuldades por parte dos usuários externos.

3.2 Viabilidade da transição das funções do SDD para o SEI

Apresenta-se a seguir análise de viabilidade para a transição das funcionalidades do SDD para o SEI, partindo das funcionalidades do SDD que são específicas aos procedimentos de investigações de medidas de defesa comercial.

Serão detalhadas abaixo funcionalidades do SEI alternativas às do SDD, indicando-se alternativas e/ou análise de eventual prejuízo para os usuários e para a SDCOM quando não houver funcionalidade correspondente no SEI.

O quadro abaixo apresenta comparação resumida entre as funções de ambos os sistemas.

Funcionalidade	SDD	SEI
Criação de Petição – Usuário externo	Petição de abertura	Peticionamento de processo novo
Funcionalidades investigação em curso – Usuário externo	Página de abertura	Controle de acessos externos
	Aba processos / Painel da investigação	Não há funcionalidade correspondente
	Aba processos / Autos restritos	Acesso externo com acompanhamento integral do processo

	Aba processos / Anexar documento	Peticionamento intercorrente
	Aba processos / Meus documentos	Não há funcionalidade correspondente
	Aba processos / Pendências	Não há funcionalidade correspondente
	Aba processos /Partes não habilitadas	Não há funcionalidade correspondente
Funcionalidades investigação em curso – Usuário interno	Aba processos	Tela controle de processos
	Aba processos/ Pannel da investigação	Não há funcionalidade equivalente
	Aba processos/ Autos restritos	Controle de processos e disponibilização de acesso
	Aba processos/ Autos confidenciais	Controle de processos e disponibilização de acesso
	Aba processos/ Analisar documento	Não há funcionalidade equivalente
	Aba processos/ Anexar documento	Incluir documento
	Aba processos/ Atribuir responsabilidade	Atribuir processo
	Aba processos/ Habilitar parte interessada e representante legal	Gerenciar disponibilização de acessos externos
	Aba processos/ Encerrar processo	Encerrar processos
	Aba processos/ Editar dados	Não há funcionalidade equivalente
	Aba processos/ Controle Usuários	Não há funcionalidade equivalente
	Aba processos/ Administração	Não há funcionalidade equivalente

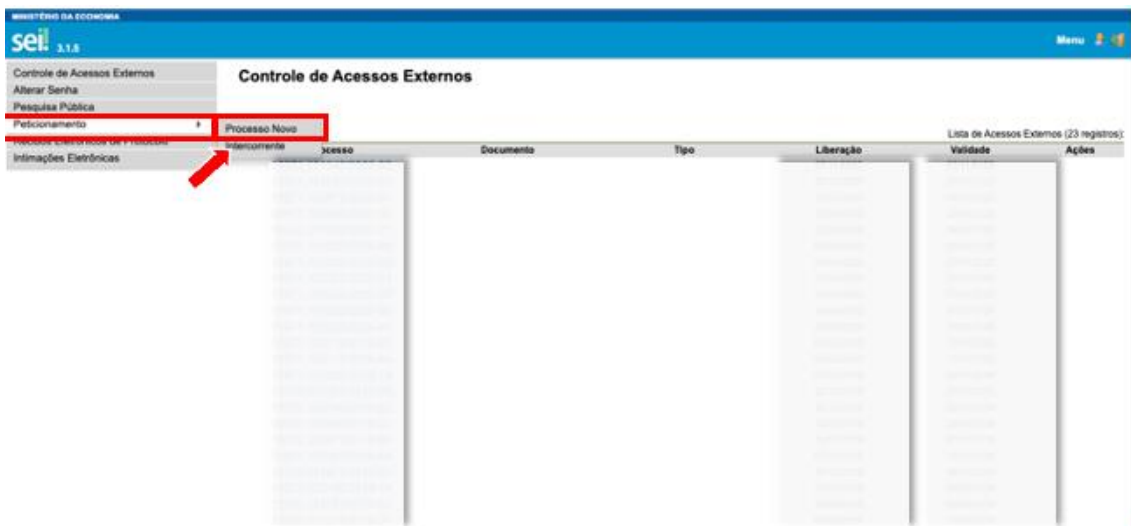
Apresenta-se a seguir detalhamento da viabilidade da transição de cada uma dessas funções e, nos casos em que não há funcionalidade correspondente no SEI, sugere-se alternativas para as atividades da SDCOM e/ou para os procedimentos a serem adotados pelos usuários externos do sistema. Vejamos:

3.2.1 Funcionalidade petição de abertura (SDD) → Peticionamento processo novo (SEI)

A funcionalidade “*petição de abertura*” do SDD permite a criação de novo processo de defesa comercial por meio do SDD. Trata-se de função detalhada que, em síntese, permite a submissão paulatina de documentos, com a finalização do protocolo de acordo com a conveniência do usuário.

Conforme já detalhado na etapa 01, a função “*petição de abertura*” do SDD contempla subdivisões por categoria de processo (antidumping, salvaguardas e subsídios) e respectivos subtipos (avaliação de escopo, circunvenção, investigação original, redeterminação, revisão de alteração de circunstâncias, revisão de final de período, revisão de novo produtor ou exportador; e revisão de restituição, etc). Além disso, o SDD requer a apresentação pelo usuário de informações relativas aos processos de defesa comercial, tais como dados da empresa investigada e seu representante legal, dados sobre o produto investigado, período objeto da investigação e listagem dos países investigados.

O “*peticionamento de processo novo*” para início de processos no SEI, no entanto, é extremamente simplificado em relação ao SDD, e para o protocolo de processo novo requer: (i) especificação do processo- neste campo seria possível indicar o objeto da investigação (antidumping, subsídios, salvaguardas) e subcategorias (revisão de final de período, novo exportador, etc.); (ii) dados da empresa: Nome do peticionante/ empresa em caso de Pessoa Jurídica e CPF/ CNPJ. Registra-se que o SEI permite a inclusão de mais de um representante legal (pessoa física) para o mesmo CNPJ. Trata-se de função relevante para processos de defesa comercial, pois permite que as empresas atuem em processos diversos com representantes legais diferentes; (iii) Nível de acesso: público/restrito e confirmação do nível de acesso escolhido pela empresa/ representante legal, conforme demonstram as imagens abaixo:



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
sei 3.1.8

Controle de Acessos Externos
Alterar Senha
Pesquisa Pública
Petição
Recibos Eletrônicos de Protocolo
Intimações Eletrônicas

Petição de Processo Novo

Tipos de Processo: Protocolização de documentos para a Secretaria Especial de Comércio Ext. e Assuntos Intern. (SECINT)

Orientações sobre o Tipo de Processo

Protocolização de documentos para a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT)

Formulário de Petição

Especificação (resumo limitado a 50 caracteres):
Teste Teste Teste

Interessados: ☒ Pessoa Física ☐ Pessoa Jurídica

CPF: Validar Nome: Adicionar

Tipo: CPF/CNPJ Nome/Razão Social: Ações

Documentos

Os documentos devem ser carregados abaixo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a conformidade entre os dados informados e os documentos. Os Níveis de Acesso que forem indicados abaixo estarão condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso.

Documento Principal (30 Mb):
Escolher arquivo Nenhum arquivo selecionado

Tipo de Documento: Complemento do Tipo de Documento:

Nível de Acesso:

Formato: ☒ Nato-digital ☐ Digitalizado Adicionar

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
cartão-do-usuário-do-sei.pdf	05/03/2021 20:25:26	6.46 Mb	Requerimento Teste Teste Teste	Restrito	Nato-digital	X

Documentos Complementares (30 Mb):
Escolher arquivo Nenhum arquivo selecionado

Tipo de Documento: Complemento do Tipo de Documento:

Nível de Acesso:

Formato: ☒ Nato-digital ☐ Digitalizado Adicionar

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
-----------------	------	---------	-----------	-----------------	---------	-------

Petição Salvar

Concluir Peticionamento - Assinatura Eletrônica

Assinar Fechar

A confirmação de sua senha de acesso iniciará o peticionamento e importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitaís e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, são de sua exclusiva responsabilidade: a conformidade entre os dados informados e os documentos; a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência; a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada; a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre; a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

Usuário Externo:

Cargo/Função:

Senha de Acesso ao SEI:

Como se nota da descrição e imagens acima, o SEI não contempla campos específicos para a inclusão de informações relativas ao processo antidumping, como o tipo/subtipo de investigação, período investigado e detalhamento do produto objeto da investigação. Tais informações, no entanto, são igualmente apresentadas por meio dos Roteiros para apresentação de petições de defesa comercial objeto de portarias e circulares da SECEX³³ e, portanto, estarão disponíveis nos autos do processo para consulta das partes interessadas, tal e como anteriormente realizado, quando os processos tramitavam de forma física.

Adicionalmente, sugere-se que o detalhamento do período objeto da investigação e do produto investigado – para facilitar o acesso dos usuários – sejam disponibilizadas pela SDCOM em seu sítio eletrônico, complementarmente às informações já disponibilizadas atualmente, que já informa: (i) tipo de investigação; (ii) número do processo; (iii) NCM; (iv) países investigados; (v) petionária; e (vi) data de início da investigação; além de outras informações relevantes como (vii) documentos públicos da investigação; (viii) resumo de pareceres emitidos pela SDCOM; e (ix) questionários.

³³ Em maior detalhamento, o roteiro para investigação antidumping está disponível na Portaria SECEX nº 41, de 11.10.13; o roteiro para Revisões de final de período está detalhado na Portaria SECEX nº 44, de 29.10.13; o roteiro para Avaliações de escopo está disponível na Portaria SECEX nº 42, de 14.09.16; o roteiro para investigações anticircunvenção está detalhado na Portaria SECEX nº 42, de 17.10.13; o roteiro para apresentação de Investigação de subsídios está contemplado na Circular SECEX nº 20, de 02.04.96; e, por fim, o roteiro para Investigação para aplicação de salvaguardas está descrito na Circular SECEX nº 19, de 02.04.96. Todos estes documentos detalham as informações a serem apresentadas pelas partes interessadas nos processos de defesa comercial e já contemplam todas as informações solicitadas pelo Decom Digital.

Por fim, registra-se que, diferentemente do SDD, o SEI não permite que os usuários realizem o upload parcial de documentos para posterior finalização. Conforme registra a Cartilha do Usuário Externo do SEI, os protocolos devem ser finalizados em até 1 (uma) hora:

não ultrapassar uma hora entre o carregamento do primeiro documento e o último. O sistema elimina automaticamente os arquivos carregados e não concluídos nesse limite de tempo, considerando-os como temporários;³⁴ (Cartilha do Usuário Externo do SEI, p. 18)

Em razão da limitação para o tempo de efetivo upload e peticionamento dos arquivos para 1h, conforme detalhado acima, sugere-se que os usuários organizem os seus arquivos em seus computadores paulatinamente e, ao final, realizem o upload dos arquivos no sistema, quando efetivamente se aplicará a limitação de 1h para upload dos documentos. Destaca-se, ademais, que os documentos que não se encontrem em formato PDF deverão ser previamente convertidos para o formato ZIP, bem como assinados externamente por certificado digital.

Neste contexto, embora seja necessária alteração na forma de organização prévia para o upload dos arquivos no SEI, não nos parece haver prejuízo aos usuários internos ou externos para o protocolo de petições de abertura em razão da migração do SDD para o SEI. Destaca-se, ademais, que dada a maior estabilidade do SEI, bem como o ganho de eficiência que decorrerá da velocidade significativamente maior para a navegação no sistema e upload de documentos no SEI quando comparado ao atual funcionamento do SDD, acredita-se que não haverá prejuízo relevante aos usuários do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial.

Diante do exposto, considera-se que a transição da funcionalidade “*Petição*” do SDD para a funcionalidade “*Peticionamento*” de processo novo no SEI seria viável.

3.2.2 Funcionalidades investigação em curso – Usuário externo

Após a finalização da petição pelo usuário externo, análise do pleito pela SDCOM e a solicitação e apresentação satisfatória de informações complementares pelo peticionário, havendo indícios suficientes da prática de dumping, dano e nexo de causalidade, a SDCOM recomenda à SECEX a abertura da investigação de defesa comercial, que ocorre por meio de publicação de Circular de abertura no Diário Oficial da União. As investigações de defesa comercial têm início a partir da data desta publicação, quando também é disponibilizado nos autos restritos do processo o Parecer de Abertura da Investigação, que contempla a versão completa do extrato de abertura publicado no DOU (Circular de abertura) e disponibiliza informações restritas às partes interessadas. A partir deste momento, os autos que anteriormente estavam disponíveis apenas

³⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/comunicados/arquivos-noticias/00-cartilha_usuario_externo_sei.pdf>. Acesso em 02/04/2021.

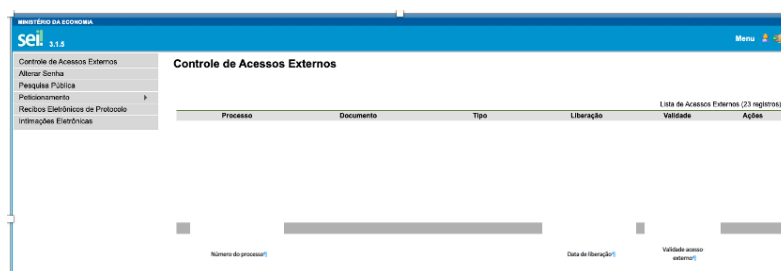
para o peticionário e para a SDCOM são disponibilizados na aba Processos do SDD para todos os interessados que se habilitarem no processo.

3.2.2.1 Aba processos (SDD) → Controle de Acessos Externos (SEI)

A aba “**Processos**” do SDD contempla as seguintes funcionalidades: (i) painel da investigação; (ii) autos restritos; (iii) anexar documento; (iv) meus documentos; (v) Pendências; e (vi) Partes não habilitadas. O SEI, por seu turno, contempla funções similares à algumas das funções disponibilizadas pelo SDD na aba processos para usuários externos, conforme será detalhado a seguir.

Conforme registrado na Etapa 01, a aba “**Processos**” do SDD permite a visualização dos processos nos quais o consultor externo / representante legal da empresa está habilitado. Os processos ficam disponíveis ao longo da vigência da procuração. O acesso é automaticamente encerrado pelo Sistema na data do encerramento da vigência da procuração e pode ser restabelecido mediante novo requerimento da parte interessada.

A aba “**Processos**” do SDD seria equivalente à aba “**Controle de Acessos Externos**” do SEI, na qual são listados os processo administrativos protocolados pelo usuário do SEI, demonstrada no print abaixo:



A função “**Controle de Acessos Externos**” do SEI, diferentemente do SDD, não permite a busca por produto investigado, mas apenas por número de processos. Não nos parece, no entanto, haver qualquer prejuízo relevante aos usuários externos em decorrência deste fato.

Embora a função “**Controle de Processos Externos**” do SEI não contemple todas as funcionalidades disponibilizadas pelo SDD, que foi especificamente elaborado para o atendimento das demandas dos processos de Defesa Comercial, entende-se ser viável transição da função “**Processos**” do SDD para a função “**Controle de Acessos Externos**” do SEI.

3.2.2.2 Aba processos/ Paineis da investigação (SDD) → Não há funcionalidade correspondente (SEI)

Como detalhado na etapa 01 do presente TR, a funcionalidade **“Painel da Investigação”** do SDD indica os dados da investigação e possibilita acesso às abas: (i) autos restritos; (ii) anexar documentos; e (iii) meus documentos.

O SEI não contempla funcionalidade correspondente ao **“Painel da Investigação”** do SDD. Para acessar um processo específico no SEI a parte interessada deve acessar o processo por meio da pesquisa pública ou por meio de login e senha para acesso a documentos restritos. Ao fazê-lo, a parte terá diretamente acesso aos autos do processo, similarmente ao que ocorre mediante acesso à aba **“Autos Restritos”** do SDD.

Destaca-se, no entanto, que as informações indicadas nas funcionalidades **“Autos Restritos”** e **“Anexar Documentos”**, que são acessadas a partir do **“Painel da Investigação”** no SDD estão disponíveis em funcionalidades específicas do SEI, sem prejuízo para os interessados ou da SDCOM. Como detalhado mais abaixo, todavia, não há no SEI funcionalidade equivalente à aba **“Meus Documentos”** do SDD. Como igualmente mencionado na seção 3.2.2.5 deste documento, no entanto, não se vislumbra qualquer prejuízo aos interessados ou à SDCOM em decorrência deste fato.

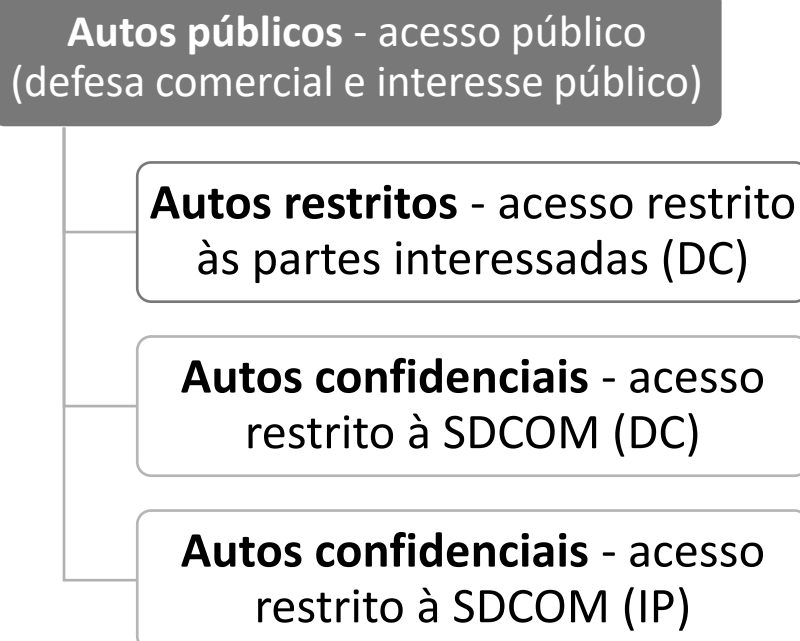
Deste modo, não se vislumbra prejuízo na ausência de funcionalidade no SEI que corresponda à funcionalidade **“Painel da Investigação”** que impeça a viabilidade da transição do SDD para o SEI.

3.2.2.3 Aba processos/ Autos restritos (SDD) → Acesso externo com acompanhamento integral do processo (SEI)

A funcionalidade **“Autos Restritos”** permite a consulta aos andamentos processuais e a todos os documentos restritos apresentados pelos interessados, que são disponibilizados a todas as partes habilitadas no processo.

Para a organização dos autos no SEI, sugere-se que seja criado um processo principal, de acesso público, no qual constariam as informações publicamente disponíveis nos autos do processo (i.e., circulares da SECEX, modelos de questionários, etc.). Além disso, sugere-se que sejam criados dois processos relacionados contemplando os **“Autos Restritos”** e os **“Autos Confidenciais”** de

defesa comercial. Além destes, também sugere-se a criação de um quarto processo contendo autos confidenciais da avaliação de interesse público. Todos os processos serão relacionados ao principal e tramitarão em conjunto.



Nos autos restritos a SDCOM conferiria acesso aos interessados habilitados a todos os documentos restritos apresentados pelas partes e pela SDCOM, em linha com o procedimento realizado no SDD, por meio do “*Acesso Externo com Acompanhamento Integral do Processo*” do SEI.

Gerenciar Disponibilizações de Acesso Externo

E-mail da Unidade:

Destinatário: **E-mail do Destinatário:**

Motivo: Para os autos restritos seria conferido tanto aos servidores da SDCOM quanto aos representantes legais das partes interessadas, acesso integral aos autos restritos do processo, tal e como já realizado no SDD.

Tipo

☒ Acompanhamento integral do processo ☐ Disponibilização de documentos

Validade (dias): **Senha:**

Nos “*Autos Confidenciais*”, como será detalhado na seção 3.2.3.4 abaixo, sugere-se que seja conferido às partes interessadas habilitadas “Acesso Externo com disponibilização parcial de documentos” de modo a permitir acesso apenas aos documentos protocolados pelas partes e à eventuais documentos confidenciais das partes que eventualmente tenham que ser disponibilizados pela SDCOM (e.g., memória de cálculo).

Como mencionado anteriormente, diferentemente do SDD, o SEI não permite que a SDCOM vincule documentos a determinadas partes interessadas. Esta função, todavia, pode ser substituída pela menção ao número do documento SEI ao qual eventual comunicação da SDCOM se refira, tal e como já realizado pela Coordenação Geral de Interesse Público (CGIP) da SDCOM e por outros órgãos da Administração Pública Federal, como o CADE.

Outro ponto digno de nota a respeito da funcionalidade “*Acesso Externo*” do SEI, como já mencionado no início do presente documento, é a disponibilização ao público em geral de acesso aos andamentos processuais das investigações de defesa comercial, que por meio do SDD são restritos às partes do processo.³⁵ Não se vislumbra, no entanto, qualquer prejuízo à confidencialidade das informações submetidas pelas partes, haja vista que o acesso aos documentos propriamente ditos será restrito às partes interessadas, mediante habilitação para acesso aos autos do processo por meio de login e senha.

Deste modo, embora a função “*Acesso Externo com Acompanhamento Integral do Processo*” do SEI não seja exatamente idêntica à aba “*Autos Restritos*” do SDD, que foi especificamente elaborado para o atendimento das demandas dos processos de Defesa Comercial, entende-se seria viável transição da função “*Autos Restritos*” do SDD para a função “*Acesso Externo com Acompanhamento Integral do Processo*” do SEI.

3.2.2.4 *Aba processos/ anexar documento (SDD) → petição intercorrente (SEI)*

Como mencionado anteriormente, o protocolo de documentos via SEI é mais simples que o realizado via SDD. O procedimento para a realização do protocolo está detalhado na Etapa 01.

³⁵ Como já mencionado na Etapa 01 do presente TR, em maior detalhamento, diferentemente do que ocorre no âmbito do Decom Digital, os níveis de acesso aos processos no SEI podem ser classificados como: (i) público; (ii) restrito e (iii) sigiloso. Os processos públicos – tal e como já ocorre no âmbito das investigações de interesse público – são inteiramente públicos no âmbito do SEI, e são disponibilizados a qualquer pessoa que consulte o sistema. O acesso ao conteúdo dos processos restritos, por seu turno, se dá por meio da disponibilização pela SDCOM de acesso externo aos autos do processo a usuários cadastrados. Nestes casos, os andamentos processuais ficam igualmente disponíveis, restando o acesso ao conteúdo das informações resguardado às partes para as quais a SDCOM disponibilizar acesso externo. Por fim, no caso dos processos sigilosos os processos e seus documentos são disponibilizados apenas para usuários com permissão específica e previamente credenciados. Além disso, os processos sigilosos não são recuperados na pesquisa de processos junto ao SEI.

No caso de autos restritos de defesa comercial, a visualização seria similar à dos autos confidenciais, sendo possível às partes interessadas mediante acesso ao sistema SEI com login e senha, acesso aos documentos restritos disponibilizados pelos interessados e pela SDCOM no âmbito da investigação de defesa comercial, à medida que seu acesso seja autorizado pela SDCOM após avaliação da qualificação das partes como interessadas nas investigações, tal e como já ocorre no sistema Decom Digital.

Não se vislumbra qualquer prejuízo à confidencialidade das informações disponibilizadas pelas partes interessadas em decorrência da disponibilização pública dos andamentos processuais.

A função “**Anexar Documentos**”³⁶ do SDD exige o preenchimento de informações detalhadas na Etapa 01 e o seu envio se dá por meio de assinatura eletrônica por meio certificado digital. Para o “**Peticionamento Intercorrente**” no SEI, basta que a parte interessada indique as informações sobre o documento, tal e como descrito na Etapa 01 e clique no botão “**Peticionar**”. Para o envio dos documentos o sistema requer apenas a assinatura eletrônica por meio de login e senha, não exigindo a utilização de certificado digital.

Embora em ambos os sistemas o objetivo da função consista no upload de documentos pelas partes interessadas para os autos do processo, o SDD apresenta particularidades que não são necessariamente abrangidas pelo SEI, conforme detalhado a seguir.

Em primeiro lugar, destaca-se, como mencionado, que o protocolo de documentos no SDD se dá por meio de certificado digital, obedecendo às disposições da legislação específica sobre defesa comercial que assim estabelece:

Art. 17. O uso de meio eletrônico será admitido nos procedimentos relativos às investigações de defesa comercial, conforme estabelecido em regulamentação da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, devendo todos os atos processuais ser assinados digitalmente com o emprego de certificação digital emitida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Para fins de participação por meio eletrônico nos procedimentos a que se refere o caput, as partes interessadas nacionais e estrangeiras deverão seguir os requisitos para aquisição do supramencionado certificado digital estabelecidos nos atos normativos emitidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.” (Grifos nossos. Lei 12.995 de 18 de junho de 2014)

³⁶ De acordo com o manual do Decom Digital, para a anexação de documentos devem ser seguidas as seguintes etapas: Para anexar documentos a uma investigação, proceda da seguinte forma:

“• Informe os dados do documento;

- Tipo de Documento: tipo do documento a ser enviado. Ex: Texto da

Petição;

- Tipo de Auto: confidencial ou restrito;

- Descrição: descrição breve do assunto do documento;

- Documento Vinculado: documento ao qual o(s) documento(s) enviado(s) está(ão) vinculado(s). É preenchido automaticamente pelo sistema;

- Remetente: parte interessada que está enviando o(s) documento(s).

Clique no botão “Adicionar Arquivo(s)”; • Selecione os arquivos a serem adicionados à lista de envio; Para editar a descrição de um documento da lista, clique na coluna “Descrição” da linha do documento que deseja alterar a descrição. Para excluir um documento da lista de envio, clique no botão com ícone de lixeira. Para visualizar um documento da lista de envio, clique no botão com ícone de lupa. Para enviar os arquivos selecionados, clique no botão “Enviar Documentos”. Para limpar a tela, clique no botão “Limpar”. Disponível em: <http://decomdigital.mdic.gov.br/assets/documentos/MDIC_DECOMDIGITAL_ManualUsuario.pdf>. Acesso em 02/04/2021.

“Todos os atos processuais serão assinados digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, de forma a manter a integridade, a autenticidade, a interoperabilidade e, quando necessário, a confidencialidade dos documentos. (Grifos nossos. Portaria nº 30, de 7 de junho de 2018, art. 4º).

O SEI, por seu turno, tal e como utilizado atualmente pelo Ministério da Economia, não permite a assinatura de documentos por meio de certificado digital para usuários externos, sendo necessária apenas a assinatura eletrônica por meio de login e senha.³⁷

Embora o SEI permita a utilização de certificado digital, esta função está vinculada a documentos produzidos dentro do sistema, e não se aplicaria a usuários externos. Neste sentido, a Cartilha do Usuário do SEI assim estabelece:

O SEI possibilita que os documentos produzidos dentro do sistema sejam assinados eletronicamente por meio da utilização de login e senha ou de certificado digital (token). Um documento pode ser assinado por uma ou mais pessoas, de acordo com a necessidade. (Grifos nossos. Cartilha do Usuário do SEI, p. 70)³⁸

No mesmo sentido, o SEI permite a assinatura eletrônica por meio de certificado digital apenas para usuários internos.

Além disso, nos foi informado que a modificação pelo Ministério da Economia da funcionalidade assinatura para possibilitar a assinatura de documentos por usuários externos via certificado digital não seria possível, uma vez que se trata de mudança em regras de negócio do sistema, ensejando em alteração do seu código-fonte. Alterações desta natureza por parte do Ministério da Economia seriam vedadas pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2019, firmado com o TRF-4.

Ademais, registrou-se que não há qualquer previsão de alteração nesse sentido pelo TRF-4. Pelo contrário, o Tribunal recentemente lançou a versão 4.0 do SEI que contempla inúmeros avanços, mas não trata da possibilidade de assinatura eletrônica por usuários externos por meio de

³⁷ Conforme registra a Cartilha do Usuário do SEI (P. 09), a assinatura eletrônica consiste no registro realizado eletronicamente por usuário identificado de modo inequívoco, com vistas a firmar documentos por meio de: (a) certificado digital: forma de identificação do usuário emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil); e (b) usuário e senha: forma de identificação do usuário, mediante prévio cadastramento de acesso. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/sei/comunicados/arquivos-noticias/cartilha-do-usuario-do-sei>>. Acesso em 01/04/2021.

³⁸ Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/sei/comunicados/arquivos-noticias/cartilha-do-usuario-do-sei>>. Acesso em 01/04/2021.

certificado digital, tendo em vista que estaria de acordo com os termos da legislação relativa ao SEI.³⁹

Neste contexto, considerando que a legislação vigente determina que todos os documentos apresentados por usuários externos devam ser assinados por meio de certificado digital, sugere-se que os documentos a serem juntados aos autos pelos usuários externos sejam previamente assinados com a utilização de certificado digital padrão ICP-Brasil e, então, juntados na forma de documentos externos, até que seja viável a reavaliação da exigência de utilização de assinatura por meio de certificado digital em todos os documentos apresentados nos processos de defesa comercial, tal e como atualmente exigido pela legislação vigente.

O Ministério da Economia apresenta exigência similar para a assinatura do Termo de Credenciamento do SEI usando Certificado Digital ICP-Brasil necessário para o cadastro de usuários externos no SEI, embora permita formas alternativas de comprovação da veracidade do cadastro.

No entanto, a legislação em vigor sobre as investigações de defesa comercial determina, como já mencionado acima, que todos os documentos sejam assinados por meio de certificado digital, inclusive por força de lei⁴⁰.

Deste modo, a menos que haja modificação da legislação incidente sobre as investigações de defesa comercial⁴¹ para uniformização com a disciplina dos processos eletrônicos em curso na Administração Pública Federal por meio do SEI, sugere-se que a SDCOM exija para o upload de todos os documentos em processos de defesa comercial, que os documentos sejam previamente assinados por meio de certificado digital para o posterior upload via SEI.⁴²

A assinatura pode ser realizada por meio do portal de assinatura com Certificado Digital ICP-Brasil de preferência do usuário. Alguns exemplos são o Assinador Digital do Serpro⁴³ e o Assinador de documentos ITI do Governo Federal⁴⁴, que atendem às disposições da Lei nº 14.063, de 23 de

³⁹ Em maior detalhamento, a assinatura eletrônica estaria de acordo com as determinações do Decreto nº 10.543, de 13/11/2020, que alterou o Decreto nº 8.539, de 8/10/2015. De acordo com os arts. 4º e 5º do Decreto 10543/2020, a assinatura "avançada" (login e senha do SEI) por parte de usuários externos do sistema é plenamente válida, visto que passa pelos procedimentos de identificação necessários, conforme apresentado em <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/usuario-externo-1>.

⁴⁰ Vide art. 17 da Lei 12.995 de 18 de junho de 2014.

⁴¹ Seria necessária a alteração do Art. 17 da Lei 12.995 de 18 de junho de 2014 que prevê a utilização de Certificado Digital. A Portaria nº 30, de 7 de junho de 2018 prevê expressamente a utilização do sistema Decom Digital e teria que ser alterada por ocasião de eventual migração para o SEI. Sugere-se que na ocasião já se considere a possibilidade de exclusão da obrigatoriedade de assinatura por certificado digital caso se considere a possibilidade de alteração do Art. 17 da Lei 12.995/2014 acima mencionado.

⁴² Sugere-se, entretanto, que a SDCOM avalie a adequação de manutenção da exigência contida na atuação vigente de que todos os documentos apresentados nas investigações de defesa comercial sejam assinados por meio de certificado digital, tendo em vista que o SEI assegura a segurança e a confidencialidade de documentos por meio de assinatura realizada por meio de usuário e senha.

⁴³ Disponível em: <<https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro>>. Acesso em 01/04/2021.

⁴⁴ Disponível em: <<https://assinador.iti.br/>>. Acesso em 02/05/2021.

setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos.

Neste contexto, de modo a cumprir as disposições do art. 17 da Lei 12.682/2012 e a fim de viabilizar a transição da tramitação dos processos de defesa comercial do SDD para o SEI, sugere-se que somente sejam aceitos documentos assinados digitalmente com o uso de Certificado Digital ICP-Brasil que seja verificável pela página <https://verificador.iti.gov.br/>.

Conforme informações disponibilizadas no site da Microsoft, é possível assinar digitalmente arquivos em formato Excel⁴⁵, além disso, os arquivos em PDF podem usualmente ser assinados por meio dos assinadores de documentos acima mencionados. Embora o SEI não permita que os usuários externos realizem o upload de arquivos em formato Excel diretamente, é possível realizar o upload do documento assinado digitalmente em formato zip, tal e como já realizado nas avaliações de interesse público conduzidas pela SDCOM.

Além disso, registra-se que o limite de tamanho de arquivo para upload de documentos externos no SEI/ME é de 300 MB⁴⁶.

Considerados os ajustes acima mencionados, entende-se que seria viável a transição da função *“Anexar Documentos”* SDD para a função *“Protocolo Intercorrente”* do SEI.

3.2.2.5 Aba processos/ Meus documentos → Não há funcionalidade equivalente no SEI

A aba *“Meus Documentos”* do SDD possibilita visualizar os documentos anexados à uma investigação, tanto na fase de petição quanto na fase de processo, enviados pelas partes interessadas representadas pelo usuário que está logado no sistema. Além disso, é possível pesquisar um documento, visualizar a descrição de um documento, visualizar os documentos vinculados e resolver uma pendência relacionada a um documento enviado anteriormente.⁴⁷

⁴⁵ “Você pode assinar digitalmente qualquer pasta de trabalho do Excel ou modelo do Excel.” [...] “O Excel usa assinaturas digitais no conteúdo da pasta de trabalho para ajudar a garantir que a pasta de trabalho não tenha sido modificada e salva desde que ela foi assinada. As assinaturas digitais também podem ajudá-lo a distinguir pastas de trabalho e macros criadas por uma fonte confiável de pastas de trabalho ou código de macro (vírus) indesejáveis e potencialmente prejudiciais.”. Disponível em: <<https://docs.microsoft.com/pt-br/office/troubleshoot/excel/digital-signatures-code-signing>>. Acesso em 01/04/2021.

⁴⁶ Conforme Cartilha do Usuário do SEI. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/comunicados/arquivos-noticias/cartilha-do-usuario-do-sei>>. Acesso em 02/04/2021.

⁴⁷ Conforme manual do Decom Digital, disponível em:

<http://decomdigital.mdic.gov.br/assets/documentos/MDIC_DECOMDIGITAL_ManualUsuario.pdf>. Acesso em 02/04/2021.

O SEI não contempla funcionalidade correspondente à tela “*Meus Documentos*” do SDD. Os documentos apresentados pelas partes, no entanto, estão disponíveis para acesso do interessado nos autos do processo, ainda que restritos, mediante acesso com login e senha.

Para a resolução de pendências, como mencionado no item 3.2.2.6 abaixo, basta que a SDCOM utilize o procedimento já empregado para tanto, por meio do envio de ofício às partes interessadas.

Considera-se, portanto, que a ausência de funcionalidade equivalente à aba “*Meus Documentos*” do SDD não é um fator impeditivo ou que afete de forma relevante a viabilidade da transição do SDD para o SEI.

3.2.2.6 Aba processos/ Pendências (SDD) → Não há funcionalidade equivalente no SEI

A aba “*Pendências*” do SDD permite a identificação de pendências relacionadas aos documentos anexados aos processos⁴⁸. Após clicar no documento para o qual há uma pendência o usuário externo é direcionado à aba meus documentos do respectivo processo, na qual estarão disponíveis o documento vinculado ao ofício emitido pela SDCOM indicando a pendência.

O SEI não contempla funcionalidade correspondente à funcionalidade “*Pendências*” do SDD. No entanto, como usualmente realizado pela SDCOM e demais órgãos da Administração Pública Federal, quaisquer pendências, desconformidades e/ou pedidos de complementação deverão ser comunicados às partes por meio de ofícios.

Deste modo, embora a organização de eventuais pendências em uma aba específica possa ser mais cômoda para os usuários externos, não nos parece haver qualquer impedimento à transição do SDD para o SEI em virtude da ausência de funcionalidade específica para compilar as “*pendências*” de usuários externos. Neste sentido, destaca-se que o procedimento é igualmente utilizado pela Coordenação Geral de Interesse Público da SDCOM sem quaisquer prejuízos aos interessados ou à Subsecretaria.

⁴⁸ A aba pendências é similar à aba processos, mas indica os documentos anexados com relação aos quais há pendências a serem esclarecidas.

Considera-se, portanto, que a ausência de funcionalidade equivalente à aba “*Pendências*” do SDD não é um fator impeditivo ou que afete de forma relevante a viabilidade da transição do SDD para o SEI.

3.2.2.7 Aba processos/ Partes não habilitadas (SDD) → Não há funcionalidade equivalente no SEI

A aba “*Partes Não Habilitadas*” do SDD permite a apresentação de documentos específicos por empresas que ainda não anexaram aos autos os documentos comprobatórios de sua representação processual ou ainda não os regularizam de maneira adequada. Trata-se de função extremamente relevante para possibilitar o cumprimento dos prazos iniciais da investigação, especialmente por partes estrangeiras.⁴⁹

Conforme detalhado na Etapa 01, trata-se de funcionalidade bastante morosa, que costuma acarretar bastante dificuldade aos usuários externos do SDD, em especial para partes / consultores que não estão habituados ao funcionamento usual do sistema.⁵⁰ Destaca-se, ademais, que como mencionado pelo Departamento de Tecnologia da Informação do Ministério da Economia, as tecnologias utilizadas pelo Sistema Decom Digital atualmente estão obsoletas, afetando negativamente o funcionamento do SDD.

O SEI não contempla protocolo específico para partes não habilitadas. Permite, todavia, que as partes interessadas realizem “*Protocolo Intercorrente*” de documentos nos autos do processo, sem que lhes seja conferido acesso aos documentos contidos nos autos. Dessa forma, similarmente ao que ocorre no SDD na aba “*Partes Não Habilitadas*”, as partes poderão protocolar documentos sem que tenham acesso aos autos, atendendo às disposições do art. 2º, §3º da Portaria 30/2018⁵¹ e, após a regularização de sua representação processual a SDCOM poderá conceder-lhes acesso aos autos do processo por meio da função “*Gerenciamento de*

⁴⁹ De acordo com a PORTARIA Nº 30, DE 7 DE JUNHO DE 2018, a § 3º A intervenção em processos de defesa comercial de representantes que não estejam habilitados somente será permitida na execução dos seguintes atos: (i) submissão de documentação pertinente para habilitação como representante legal de parte interessada; (ii) solicitação de prorrogação de prazo para apresentação de respostas aos questionários; (iii) apresentação de respostas aos questionários e manifestações sobre modelos de produto; (iv) solicitação de habilitação de outras partes que se considerem interessadas; e (v) submissão de proposta de terceiro país de economia de mercado alternativo.

⁵⁰ Como mencionado na Etapa 01, a aba partes não habilitadas costuma ser uma das mais morosas do SDD. Para o efetivo upload dos documentos por meio do aplicativo Java, após carregamento de várias telas pelo SDD, usualmente exige que o usuário externo crie uma nova exceção de segurança ao Java para que os documentos possam ser carregados ao sistema, embora o SDD e o Java estejam operando adequadamente em outros processos.

⁵¹ De acordo com a PORTARIA Nº 30, DE 7 DE JUNHO DE 2018, art. 2º, § 3º A intervenção em processos de defesa comercial de representantes que não estejam habilitados somente será permitida na execução dos seguintes atos: (i) submissão de documentação pertinente para habilitação como representante legal de parte interessada; (ii) solicitação de prorrogação de prazo para apresentação de respostas aos questionários; (iii) apresentação de respostas aos questionários e manifestações sobre modelos de produto; (iv) solicitação de habilitação de outras partes que se considerem interessadas; e (v) submissão de proposta de terceiro país de economia de mercado alternativo.

acesso externo” do SEI, tal e como seria realizado no SDD ao se conferir às partes interessadas aos *“Autos Restritos”* da investigação.

Reitera-se que no SEI, diferentemente do que ocorre no SDD, os andamentos processuais dos autos restritos são publicamente disponíveis, restando o acesso ao conteúdo das informações resguardado às partes para as quais a SDCOM disponibilizar acesso externo. Não se vislumbra, todavia, qualquer prejuízo à confidencialidade das informações fornecidas partes interessadas em decorrência da disponibilização pública dos andamentos processuais. Destaca-se, ademais, que atualmente a SDCOM já disponibiliza em seu site a fase atual do processo e várias das informações publicamente disponíveis a respeito das investigações, buscando conferir maior transparência aos processos conduzidos pela subsecretaria.

Considera-se, portanto, que a ausência de funcionalidade equivalente à aba *“Partes Não Habilitadas”* do SDD não é um fator impeditivo ou que afete de forma relevante a viabilidade da transição do SDD para o SEI.

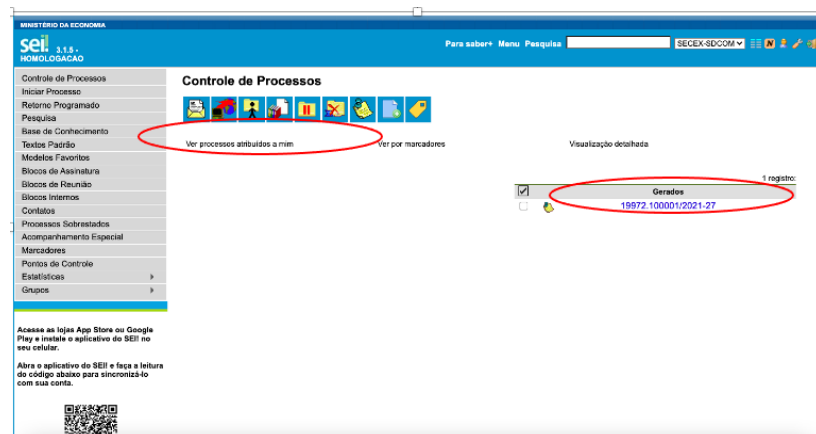
3.2.3 Funcionalidades investigação em curso – Usuário interno

Trataremos nessa seção das funcionalidades de investigação em curso do Decom Digital para usuários internos e a viabilidade de substituição por funcionalidades correspondentes no SEI. Nas hipóteses em que não há funcionalidade correspondente no SEI, serão sugeridas alternativas para os procedimentos realizados pelos usuários internos da SDCOM.

3.2.3.1 *Aba processos (SDD) → Tela controle de processos (SEI)*










A aba *“processos”* do SDD para usuários internos indica os processos em curso na SDCOM. Esta aba possui um campo de busca que é relevante para os usuários internos pois permite a pesquisa por produto e por número de processo, facilitando a busca dos casos pelos investigadores, em virtude do elevado número de processos conduzidos pela SDCOM, já que todos tem acesso a todas as investigações em curso e encerradas.

A aba correspondente para usuários internos do SEI seria a Tela de *“controle de processos”*, na qual são visualizados todos os processos que estão na sua unidade. Os processos estão separados em dois grupos: (a) processos recebidos de outras unidades; e (b) processos gerados pela própria unidade do usuário logado, conforme print abaixo:



Além disso, a tela “*controle de processos*” do SEI, como já mencionado na Etapa 01, apresenta uma série de funcionalidades adicionais⁵² indicadas por ícones na parte superior da tela, que poderão substituir outras funcionalidades do SDD. Tais situações serão devidamente detalhadas mais abaixo.

Embora a tela de “*controle de processos*” do SEI não permita a busca por produto investigado, tal e como possibilitado pelo SDD, os usuários internos do SEI poderiam, alternativamente, para facilitar a busca de processos: (i) disponibilizar para os servidores uma lista de processos em curso e encerrados com a correspondência quanto ao produto investigado; (ii) incluir etiquetas e observações ao criar os processos no SEI que facilitem a identificação dos processos e indiquem os coordenadores do caso, tal e como disponibilizado no SDD, como indicado no exemplo abaixo. As anotações e etiquetas não ficam disponíveis para os usuários externos do SEI, preservando as anotações e comentários internos da SDCOM; e (iii) internamente o processo seria distribuído a cada uma das coordenações da SDCOM.

⁵² O grupo de ícones exibidos apresenta funcionalidades que possibilitam efetuar operações para um processo ou um conjunto de processos (operações em lote). Para essas operações, basta marcar a caixa de seleção ao lado de cada número de processo desejado (colunas Recebidos e/ou Gerados) e, então, selecionar o ícone correspondente à ação desejada: (i) Enviar processo : permite tramitar processo(s) para outra unidade. Conclui o processo na unidade remetente, a menos que, no momento do envio, o usuário assinala a opção “Manter o processo aberto na unidade atual”. Se concluído, o processo desaparecerá da tela “Controle de Processos”, mas poderá ser recuperado na Pesquisa ou Acompanhamento Especial (quando assinalado); (ii) Atualizar andamento : permite incluir uma informação ou despacho de andamento ao(s) processo(s) selecionado(s); (iii) Atribuição de processos : permite distribuir processos entre os usuários da unidade, atribuindo-lhes responsabilidade. Essa informação não fica disponível para outras unidades que, eventualmente, consultarem o processo; (iv) Incluir em bloco : utilizado para organizar os processos dentro do sistema, incluindo-os em Bloco Interno ou Bloco de Reunião; (v) Sobrestar processo : utilizado quando o processo precisa aguardar alguma providência antes de ter prosseguimento, mantendo-se suspenso temporariamente na unidade; (vi) Concluir processo nesta unidade : permite finalizar o processo na unidade em que o usuário está logado. O processo desaparecerá da tela “Controle de Processos”, mas poderá ser recuperado na Pesquisa ou Acompanhamento Especial (quando assinalado); (vii) Anotações : permite inserir informações adicionais que não devem constar dos autos do processo. Utilizado geralmente para orientações internas de trabalho da equipe. Essas informações não ficam disponíveis para outras unidades que, eventualmente, consultarem o processo; (viii) Incluir documento : permite incluir novo documento no(s) processo(s) selecionado(s); e (ix) Gerenciar marcador : permite que a unidade crie e gerencie marcadores para os processos sob sua gestão. Utilizado para organização interna da equipe de trabalho. Essas informações não ficam disponíveis para unidades que, eventualmente, consultarem o processo.



Diante do exposto, parece-nos viável a transição da funcionalidade “*processos*” para usuários internos do SDD para a tela “*controle de processos*” do SEI.

3.2.3.2 *Aba processos / Painel da investigação (SDD) → Não há funcionalidade equivalente (SEI)*

A funcionalidade “*painel da investigação*” para o usuário interno do Decom Digital apresenta funções adicionais às disponíveis aos usuários externos, contemplando, além daquelas disponíveis aos usuários internos, as abas: (i) autos confidenciais; (ii) analisar documento; (iii) atribuir responsabilidade; (iv) habilitar parte interessada; (v) habilitar representante e (vi) encerrar processo.

Como já mencionado no item 3.2.2.2 acima o SEI não contempla funcionalidade correspondente ao “*painel da investigação*” do SDD. Há, no entanto, funcionalidades similares a algumas das funções adicionais para usuários internos, como se detalhará mais abaixo para cada um dos itens.

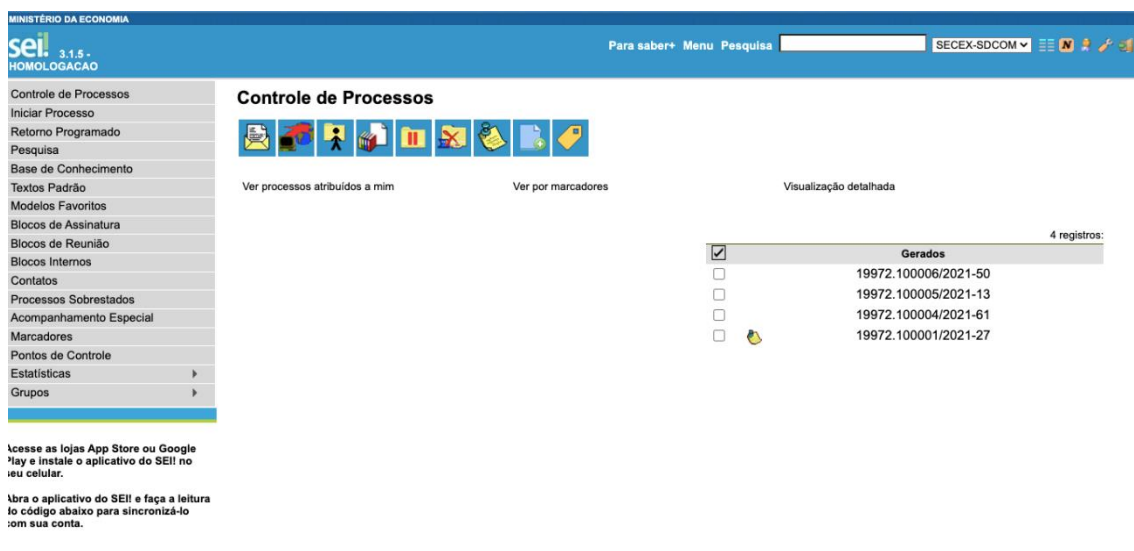
Não nos parece, portanto, que haja qualquer prejuízo às partes ou aos usuários internos da SDCOM em decorrência da ausência de função equivalente ao “*painel da investigação*” do SDD que prejudique a viabilidade da transição dos processos de defesa comercial para o SEI.

3.2.3.3 *Aba processos / Autos restritos (SDD) → Controle de processos e disponibilização de acesso (SEI)*

A funcionalidade “*autos restritos*” do SDD apresenta as mesmas informações disponíveis ao usuário externo, i.e., versões restritas dos documentos apresentados por todas as partes e pela SDCOM.⁵³

⁵³ Conforme demonstra o print acima, o SDD permite a utilização de filtros para os documentos restritos por (i) categoria de documento; (ii) tipo de documento; (iii) parte interessada; (iv) período; e (v) status. Conforme registrado em conferência, a principal

Em eventual transição para o SEI, o acesso aos autos restritos pelos usuários internos poderá ser realizado por meio da tela “**controle de processos**” do SEI na qual os usuários internos podem identificar os processos por eles gerados e a eles atribuídos por outros servidores da SDCOM. Além disso, todos os processos públicos estarão disponíveis por meio da pesquisa processual.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
sei 3.1.5 - HOMOLOGAÇÃO

Para saber+ Menu Pesquisa

SECEX-SDCOM

Controle de Processos

Ver processos atribuídos a mim Ver por marcadores Visualização detalhada

4 registros:

<input checked="" type="checkbox"/>	Gerados	
<input type="checkbox"/>	19972.100006/2021-50	
<input type="checkbox"/>	19972.100005/2021-13	
<input type="checkbox"/>	19972.100004/2021-61	
<input type="checkbox"/>	19972.100001/2021-27	

acesse as lojas App Store ou Google Play e instale o aplicativo do SEI! no seu celular.

abra o aplicativo do SEI e faça a leitura do código abaixo para sincronizá-lo com sua conta.

Para que todos os servidores da SDCOM tenham acesso aos autos restritos das investigações, já que, como mencionado acima, os servidores já terão acesso a todos os processos disponibilizados para suas coordenações, pode-se conferir acesso externo com acompanhamento integral do processo aos servidores da SDCOM por meio da “**gerenciar acesso**”, disponibilizando-se acesso integral aos autos do processo, conforme print abaixo. Alternativamente, a SDCOM poderá cadastrar os investigadores nas caixas de todas as investigações.

Gerenciar Disponibilizações de Acesso Externo

E-mail da Unidade:

Destinatário:

E-mail do Destinatário:

Motivo:

Tipo

☒ Acompanhamento integral do processo ☐ Disponibilização de documentos

Validade (dias):

Senha:

função utilizada pela SDCOM e a pesquisa por status, que permite avaliar quais os documentos estão em análise pela SDCOM e pendentes de disponibilização nos autos do processo.

Tendo em vista que dentro do SEI os usuários internos têm acesso a todos os processos que estão em sua unidade (i.e., respectiva coordenação), independente de lhes ser concedido acesso externo, o gerenciamento de acesso externo seria uma possível forma de conceder acesso aos autos aos usuários internos da SDCOM lotados em outras coordenações para que todos os servidores da SDCOM tenham acesso a todas as investigações, tal e como ocorre hoje com o SDD. Alternativamente, todos os servidores da SDCOM poderiam ser habilitados nas caixas do SEI de cada uma das coordenações.

Aos usuários internos do SDD, no entanto, é permitido o “**Desentranhamento de Documentos**” apresentados pelas partes e/ou incluídos nos autos do processo pela própria SDCOM. No SDD, para o desentranhamento de documentos o usuário interno deve, simultaneamente ao ato de desentranhamento, fazer o upload de documento justificando a necessidade de exclusão do documento dos autos do processo.

No caso do SEI, o procedimento para desentranhamento de documentos se dá pelo procedimento do “**Cancelamento**” de documentos.⁵⁴ É, no entanto, vedada a retirada do documento avulso e, quando for o caso, de seu(s) anexo(s), que deu(ram) origem ao processo

A utilização da função “**Cancelar Documento**” no SEI é restrita aos usuários ocupantes de cargos de chefia que possuam o perfil “Inspeção”.

Seguem abaixo as diretrizes do SEI para o cancelamento de documentos:

- (i) o cancelamento de documentos somente é permitido no caso de documentos que não façam parte do objeto do processo, inseridos indevidamente, mediante registro da justificativa na tela apresentada pelo sistema ao clicar no botão “Cancelar Documento”;
- (ii) O registro de documentos cancelados permanecem sendo exibidos na árvore de documentos do processo, porém os documentos tornam-se inacessíveis e sem possibilidade de serem recuperados;
- (iii) são vedados os cancelamentos de documentos que tenham servido de fundamentação para a produção de decisões, manifestações técnicas ou que tenham sido declarados inválidos ou com incorreções, independente da motivação, tendo em vista a necessidade de acesso para fins de comprovação da instrução processual; e
- (iv) o cancelamento indevido de documento em processo administrativo e o uso inadequado da funcionalidade “Cancelar Documento” ficam sujeitos à apuração de responsabilidade e penalizações, na forma da legislação em vigor.

⁵⁴ Nos processos digitais, o desentranhamento poderá ser realizado diretamente no sistema informatizado por usuário autorizado. O sistema informatizado tem que permitir o monitoramento da operação pela unidade protocolizadora.

Os perfis de inspeção serão concedidos a titulares das unidades e respectivos substitutos. Permite acesso à opção ***“Inspeção administrativa”*** no menu principal do SEI, bem como dá a prerrogativa de cancelar documentos criados em sua unidade, quando estritamente necessário.

Neste contexto, de forma a facilitar o dia a dia da administração dos processos pela SDCOM, sugere-se que sejam solicitadas prerrogativas de inspeção para os investigadores da SDCOM perante o SEI, para que a exclusão de documentos apresentados em desacordo com a legislação de defesa comercial não precise necessariamente ser realizada pela chefia da SDCOM, tendo em vista que tal exigência poderia afetar negativamente a produtividade da SDCOM na condução dos processos de defesa comercial.

Não se vislumbra, portanto, qualquer prejuízo aos usuários internos da SDCOM na substituição das atividades realizadas na aba ***“Autos Restritos”*** do SDD pela tela ***“Controle de Processos”*** do SEI para usuários internos, combinada com a função ***“Disponibilização de Acesso”***.

3.2.3.4 Aba processos / Autos Confidenciais (SDD) → Acesso externo com disponibilização parcial de documentos (SEI)

A funcionalidade ***“autos confidenciais”*** do SDD está disponível para acesso exclusivo da SDCOM, a aba autos confidenciais compila os documentos confidenciais disponibilizados por todas as partes interessadas.⁵⁵

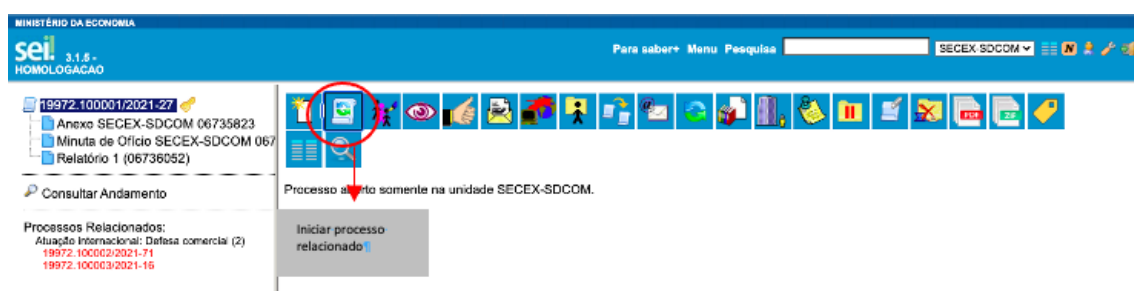
O SEI não contempla funcionalidade específica para a visualização de autos confidenciais que permita a tramitação usual do processo entre os servidores da SDCOM, tendo em vista que a classificação de processos como sigilosos demandaria a concessão de autorizações adicionais aos servidores da SDCOM para acesso aos autos confidenciais do processo, assim como aos interessados para o protocolo.

Deste modo, sugere-se que para os autos confidenciais seja criado um novo processo, relacionado ao processo principal – assim como os autos restritos – no qual sejam protocolados apenas os documentos confidenciais de todas as partes, tal e como já realizado nos processos de interesse público. Neste anexo, o acesso externo aos representantes legais das partes interessadas seria restrito aos documentos por elas protocolados, por meio das opções ***“Controle de Processos”*** e ***“Atribuição De Processo”*** para os servidores da SDCOM e, por meio da função e ***“Gerenciamento de acesso com Disponibilização de Documentos”*** do SEI é possível que se confira acesso aos usuários externos aos documentos confidenciais por eles protocolados.

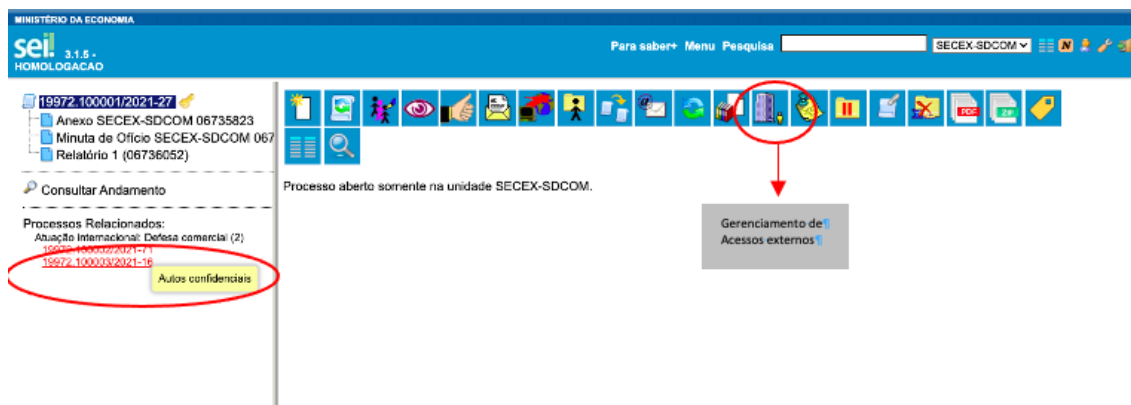
⁵⁵ Eventualmente documentos confidenciais produzidos pela SDCOM em relação a determinada parte interessada (e.g., memória da cálculo da margem de dumping individual) precisam ser disponibilizados para a parte interessada. Nestes casos a SDCOM encaminha o documento confidencial à aba ***“meus documentos”*** da respectiva parte interessada.

Como mencionado anteriormente, sugere-se que o processo principal seja público – sendo nele disponibilizadas as informações publicamente disponíveis (e.g., circulares da SDCOM e demais publicações no DOU), e que os anexos sejam de acesso restrito contemplando os autos confidenciais e os autos restritos, conforme detalhado mais abaixo.

Especificamente no caso de petições de abertura, sugere-se que seja realizado um único protocolo, de acesso restrito, para preservar a confidencialidade das informações apresentadas pelo peticionário. Posteriormente, se e quando aberta a investigação, a SDCOM criaria então processos adicionais relacionados, seguindo a estrutura acima mencionada.



The screenshot shows the 'Iniciar Processo Relacionado' form. The form has a 'Protocolo' section with radio buttons for 'Automático' (selected) and 'Informado'. Below this is a 'Tipo do Processo:' dropdown menu set to 'Atuação internacional: Defesa comercial'. The 'Especificação:' field contains 'Autos confidenciais'. The 'Classificação por Assuntos:' field contains 'MF - 331.1 - Atuação de grupos técnicos sobre comércio exterior'. There are two 'Interessados:' fields, each with a 'Salvar' button and a 'Voltar' button. The 'Observações desta unidade:' field is at the bottom.



Nestes autos, os documentos confidenciais de cada parte estariam disponíveis para acesso dos interessados por meio de acesso com login e senha. Este acesso lhes seria conferido pela SDCOM ao habilitá-los nos autos por meio do “*gerenciamento de acessos externos*” aos autos, por meio da opção “*disponibilização de documentos*” para os usuários externos e “*acompanhamento integral do processo para os servidores da SDCOM*”, conforme print abaixo:

Gerenciar Disponibilizações de Acesso Externo

E-mail da Unidade:

Destinatário:

E-mail do Destinatário:

Motivo:

Para servidores da SDCOM seria conferido acesso integral aos documentos confidenciais.

Para os usuários externos seria conferido acesso externo com disponibilização parcial de documentos, por meio da opção disponibilização de documentos.

Tipo

☐ Acompanhamento integral do processo

☐ Disponibilização de documentos

Validade (dias):

Senha:

Diante do exposto, entende-se que seria viável a transição da funcionalidade “*Autos Confidenciais*” do SDD para novo processo com as funções do SEI “*Disponibilização Parcial*” para as partes interessadas e “*Acompanhamento Integral de documentos*” combinado com “*Controle de Processos*” para os servidores SDCOM.

3.2.3.5 *Aba processos / Analisar documentos (SDD) → Não há funcionalidade equivalente (SEI)*

A funcionalidade “*analisar documentos*” do SDD indica os documentos apresentados pelas partes interessadas para posteriormente disponibilizá-los nos autos do processo.

Por meio desta função, os servidores da SDCOM realizam a atribuição de documentos a partes não habilitadas, tendo em vista que o nome da parte que realiza o protocolo não aparece nos andamentos processuais antes da habilitação da empresa como parte interessada. Conforme nos foi relatado, parte relevante do trabalho dos investigadores ocorre na aba analisar documentos, tendo em vista que os documentos são analisados previamente à disponibilização para as partes interessadas, para evitar a juntada aos autos de documentos eventualmente elaborados em línguas que não atendam às especificações da legislação de defesa comercial, ou mesmo que não atendam às formalidades relativas à confidencialidade de documentos, por exemplo.

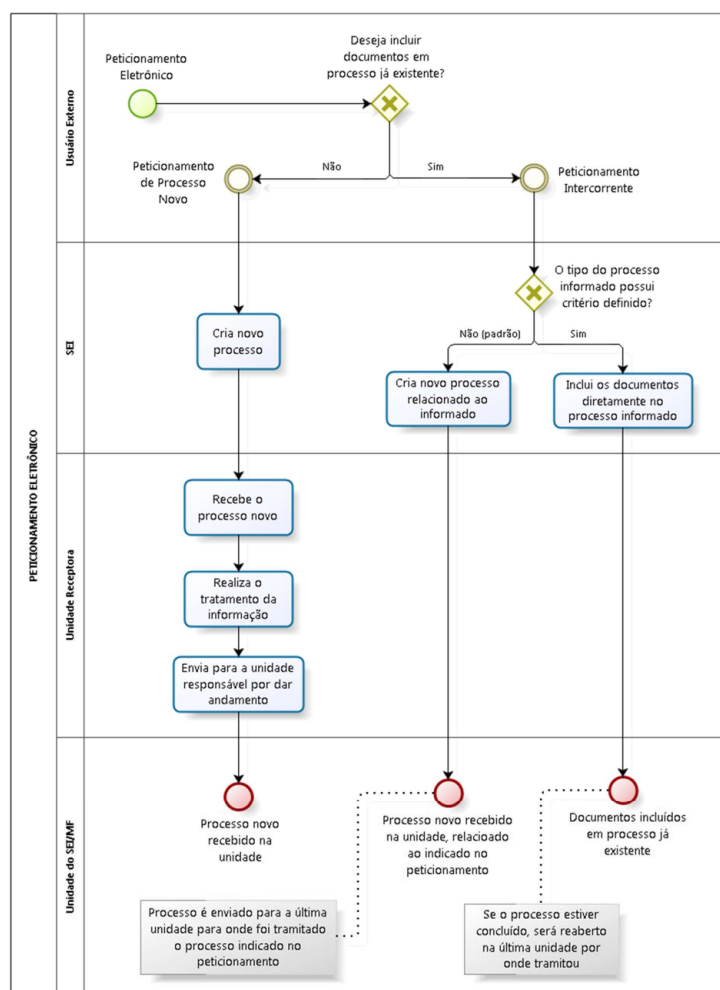
Na hipótese de não anexação ou anexação com pendência, é necessário simultaneamente anexar outro documento com a respectiva justificativa.⁵⁶

O SEI não contempla funcionalidade similar à função “*Analisar Documentos*” do SDD. Apresenta-se abaixo, portanto, alternativa para a realização no SEI das atividades realizadas pelos servidores da SDCOM por meio da aba “*Analisar Documentos*” do SDD.

Conforme registra a Cartilha do Usuário do SEI, é possível que a unidade criadora dos processos escolha se os documentos externos protocolados por terceiros interessados sejam anexados (i) diretamente nos autos do processo (padrão SEI); ou (ii) em outro processo relacionado ao informado, conforme fluxograma abaixo, extraído da Cartilha do Usuário do SEI do Ministério da Economia⁵⁷:

⁵⁶ SDD cria automaticamente uma pendência indicando o documento relativo à justificativa de não anexação para os representantes legais da parte interessada. O upload de documentos no SDD pelos técnicos da SDCOM também é realizado por meio do aplicativo Java, com a mesma morosidade identificada pelos usuários externos.

⁵⁷ Vide Cartilha do Usuário do SEI, p. 92. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/sei/comunicados/arquivos-noticias/cartilha-do-usuario-do-sei>>. Acesso em 04/05/2021.



Caso os documentos sejam protocolados em novo processo relacionado ao indicado seria necessário que a SDCOM posteriormente vinculasse esse novo processo aos autos da investigação antidumping. Neste caso, a SDCOM poderia, antes de fazê-lo, avaliar o conteúdo dos documentos, tal e como realizado na aba “*Analisar Documentos*” do SDD.

Deste modo, seria viável que a SDCOM optasse tanto pelo protocolo direto nos autos, quanto por meio de anexação indireta (i.e., mediante protocolo em processo apartado relacionado para posterior análise e anexação aos autos do processo principal) como ocorre hoje no SDD.

Em conversa sobre o tema com os servidores da SDCOM sobre a possibilidade de realização de protocolos diretamente no autos, foram levantadas preocupações sobre os seguintes temas: (i) anexação de documentos em língua estrangeira (que não as línguas da OMC, conforme art. 18 da Lei da Lei 12.995/2014⁵⁸) aos autos do processo e a possibilidade de posterior

⁵⁸ Lei 12.995/2014, art. 18: “Para fins das investigações realizadas ao amparo dos Acordos que regulamentam as provisões dos artigos VI, XVI e XIX do GATT, aprovados pelo Decreto no 1.355, de 30 de dezembro de 1994, poderão ser incorporados aos autos documentos elaborados nos idiomas oficiais da Organização Mundial do Comércio - OMC, e, no caso de documentos elaborados em idiomas estrangeiros para os quais não haja tradutor público no Brasil, serão aceitas traduções para o idioma português efetuadas

desentranhamento de eventuais documentos juntados diretamente aos autos que não atendam às especificações do art. 49, §2º do Decreto 8.058/2013 no SEI; (ii) também há relevante preocupação dos técnicos da SDCOM em relação ao cumprimento das normas de confidencialidade pelas partes interessadas.⁵⁹

No espírito de colaboração com a maior produtividade dos servidores da SDCOM e que as rotinas administrativas ocupem o mínimo possível o tempo escasso dos investigadores da SDCOM, todavia, sugere-se que seja avaliada a possibilidade de que as partes realizem protocolos diretamente nos autos das investigações de defesa comercial, tal e como já realizado nos processos de avaliação de interesse público. Adotada esta metodologia (i.e., protocolo dos documentos diretamente nos autos do processo), a análise pela SDCOM dos documentos apresentados pelas partes passaria a ocorrer após a disponibilização dos documentos nos autos do processo.

Parece-nos que tal ajuste de metodologia poderia representar relevante ganho de produtividade para os servidores da SDCOM e para os usuários do sistema⁶⁰, tendo em vista que, além da evidentemente necessária análise de todos os documentos juntados aos autos, os investigadores da SDCOM teriam que realizar atos processuais apenas para os documentos em desconformidade com as disposições do §2º do art. 49 do Decreto 8.058/2013 – que, ao que nos parece, seriam uma pequena minoria dos documentos acostados aos autos – que assim estabelece:

Decreto 8.058/2013, Art. 49, §2º: Todos os documentos apresentados pelas partes interessadas deverão ser juntados aos respectivos autos do processo, em ordem cronológica, exceto aqueles recebidos intempestivamente ou em desacordo com as normas aplicáveis, hipóteses que serão registradas e a parte interessada notificada da decisão denegatória do DECOM de juntada de tais documentos aos autos do processo.

Deste modo, nos parece que o protocolo dos documentos diretamente nos autos cumpriria as determinações do art. 49, §2º do Decreto 8.058/2013, tendo em vista que eventuais documentos intempestivos ou em desacordo com as normas aplicáveis sejam desentranhados dos autos do processo, sendo a parte interessada concomitantemente oficiada pela SDCOM, que esclareceria

pela representação oficial da origem exportadora no Brasil, desde que acompanhadas de comunicação oficial atestando a autoria da tradução.”

⁵⁹ Na ocasião, sugeriu-se que se avaliasse a possibilidade de manutenção da sistemática utilizada no SDD (i.e., com avaliação prévia da SDCOM) também no SEI. Este procedimento seria possível, como mencionado acima, caso se opte pelo protocolo de documentos em processo novo relacionado ao processo principal, conforme acima mencionado.

⁶⁰ Registra-se que a sistemática de protocolo em novo processo relacionado é utilizada nos processos em curso perante o CAT/CAMEX/ME para alterações tarifárias. Tal sistemática exige que os documentos protocolados pelas diversas partes interessadas sejam posteriormente anexados aos autos principais para a formação adequada dos autos do processo, além de gerar muitas dúvidas aos interessados. Ademais, registra-se que eventual morosidade na juntada aos autos de documentos apresentados em virtude da necessidade de anexação aos autos principais dos documentos protocolados em processo novo relacionado ao processo principal pode acarretar prejuízos ao contraditório pelas partes interessadas, especialmente quando há prazos em curso cujo cumprimento depende do acesso a todos os documentos juntados aos autos, como é o caso, por exemplo, dos prazos previstos nos artigos 59 a 62 do Decreto 8.058/2013.

a motivação de sua decisão para o desentranhamento do (s) documento (s) dos autos do processo.

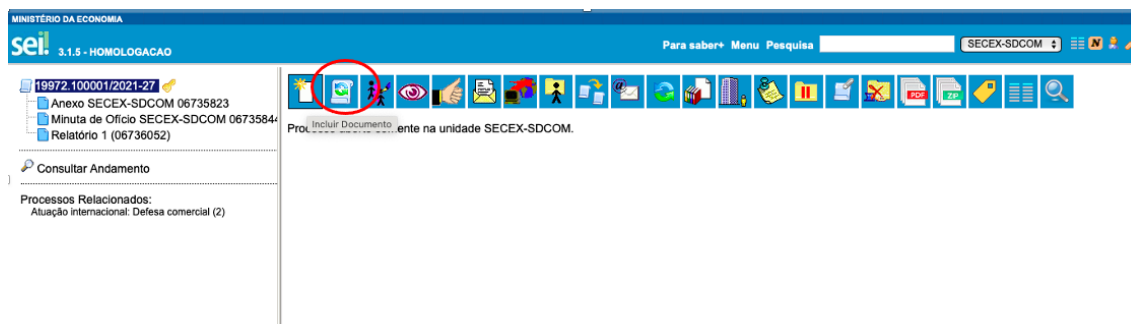
Diante do exposto, entende-se que não há prejuízo para a realização da análise dos documentos juntados aos autos pelos interessados pela SDCOM em decorrência da ausência de funcionalidade equivalente à *“Analisar Documentos”* do SDD no SEI.

É necessário, no entanto, que a SDCOM defina se os protocolos serão realizados diretamente nos autos das investigações de defesa comercial, com análise posterior dos documentos; ou se preferirá que os protocolos realizados pelas partes sejam realizados em autos apartados relacionados ao processo principal, para posterior anexação aos autos do processo principal.

3.2.3.6 *Aba processos/ Anexar documentos (SDD) → Incluir documento (SEI)*

A funcionalidade *“anexar documentos”* para usuários internos do SDD é similar à dos usuários externos. O SDD permite a anexação de vários documentos ao mesmo tempo, tal e como dos usuários externos, com a diferença de que o usuário interno pode selecionar o destinatário do documento.

A funcionalidade equivalente do SEI seria a funcionalidade *“incluir documento”* indicada no print abaixo. Esta função, conforme nos foi relatado pelos servidores da SDCOM, já é utilizada para a tramitação de pareceres da SDCOM para o GECEX para as decisões nos processos de defesa comercial. Caso processos já tramitem no SEI, a comunicação com o GECEX será facilitada em virtude da possibilidade de encaminhamento dos autos do processo para as respectivas unidades.

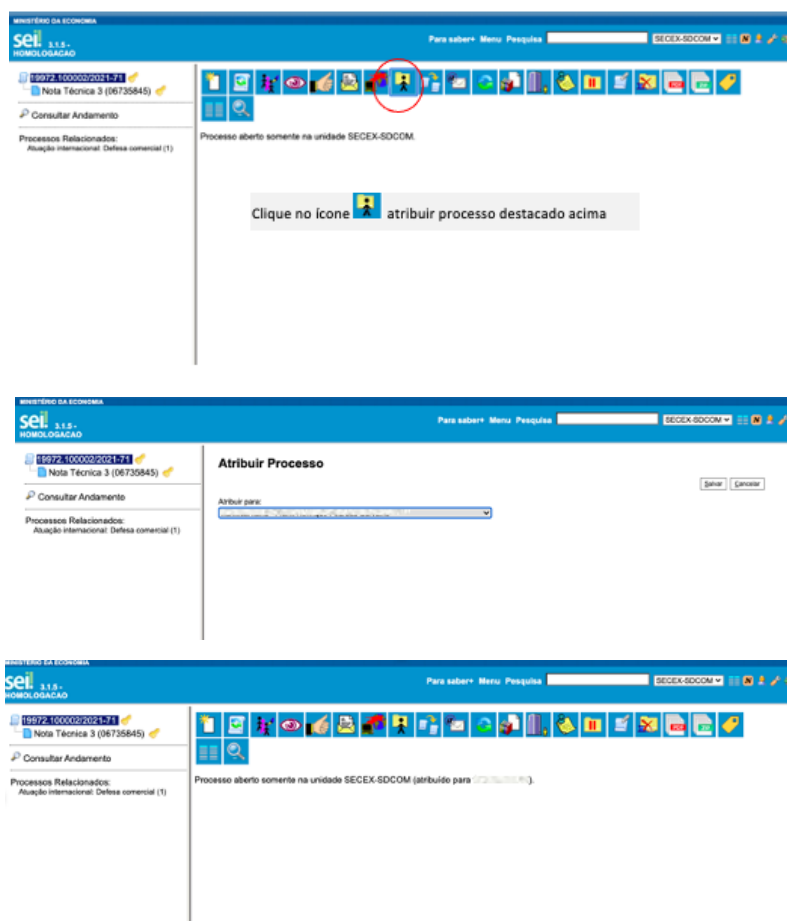


Não se vislumbra, portanto, qualquer prejuízo à migração da funcionalidade *“anexar documentos”* do SDD para a funcionalidade *“incluir documento”* do SEI.

3.2.3.7 Aba processos / Atribuir responsabilidade (SDD) → Atribuir processo (SEI)

A funcionalidade “**atribuir responsabilidade**” do SDD está disponível apenas para perfis de gestor. Coordenador geral para indicar os técnicos responsáveis por cada investigação.

A função equivalente do SEI é a função “**atribuição de processos**” que permite distribuir processos entre os usuários da unidade, atribuindo-lhes responsabilidade, conforme prints abaixo. Destaca-se, no entanto, que somente é possível no SEI atribuir o processo a uma pessoa. Essa informação não fica disponível para outras unidades que, eventualmente, consultarem o processo.



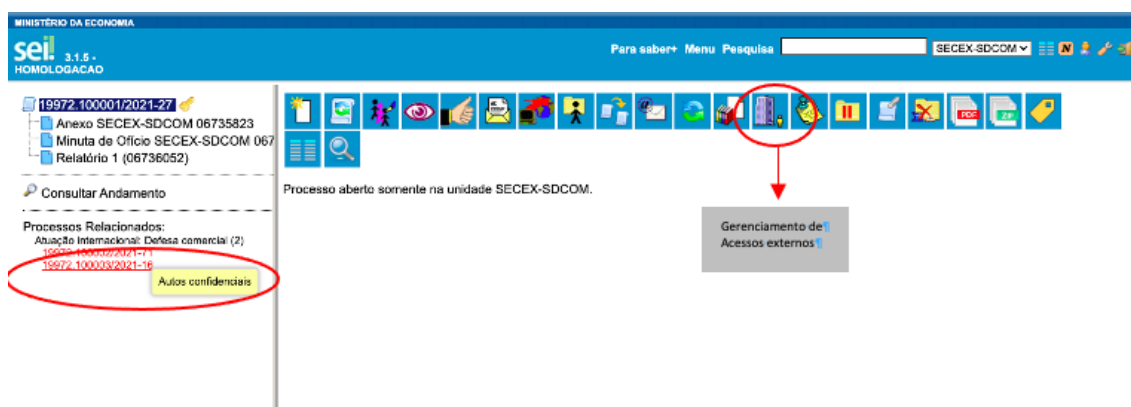
Embora não seja possível atribuir processos a mais de uma pessoa, não se vislumbra prejuízo aos usuários internos da SDCOM pois o acesso a documentos no SEI autoriza todos os usuários da unidade na qual o processo tramita a protocolar e anexar documentos nos autos.

Não se vislumbra, portanto, qualquer prejuízo na migração da função “*atribuir responsabilidade*” do SDD para a função “*atribuição de processos*” do SEI.

3.2.3.8 *Aba processos / Habilitar representante legal (SDD) → Gerenciar disponibilização de acessos externos (SEI)*

A funcionalidade “*habilitar representante legal*” do SDD permite a habilitação nos autos das empresas e seus representantes legais, respectivamente.⁶¹

A função equivalente do SEI seria a opção “*Gerenciar a disponibilização de acessos externos*” do SEI, por meio da qual a unidade usuária do SEI pode conferir acesso aos autos restritos a usuários externos.



Como mencionado na descrição da função “*autos restritos*” do SDD os documentos confidenciais de cada parte estariam disponíveis para acesso dos interessados por meio de acesso com login e senha. Este acesso lhes seria conferido pela SDCOM ao habilitá-los nos autos por meio do “*gerenciamento de acessos externos*” aos autos, por meio da opção “*disponibilização de documentos*” para os usuários externos e “*acompanhamento integral do processo para os servidores da SDCOM*”, conforme print abaixo:

⁶¹ A partir do momento da habilitação o representante legal passa a acessar os autos restritos e pode fazer upload de arquivos pela aba anexar documentos e não mais pela aba partes não habilitadas.

Gerenciar Disponibilizações de Acesso Externo

E-mail da Unidade:

Destinatário: E-mail do Destinatário:

Motivo:

Para servidores da SDCOM seria conferido acesso integral aos documentos confidenciais. [?](#)

Para os usuários externos seria conferido acesso externo com disponibilização parcial de documentos, por meio da opção disponibilização de documentos. [?](#)

Tipo

☐ Acompanhamento integral do processo

☐ Disponibilização de documentos

Validade (dias): Senha:

Diante do exposto, entende-se que seria viável a transição da funcionalidade “Habilitar representante legal” do SDD para novo processo com “*Gerenciar acessos externos*” com “*disponibilização de documentos*” (partes interessadas) ou “*Acompanhamento Integral de documentos*” (servidores SDCOM) do SEI.

3.2.3.9 Aba processos / Encerrar processo (SDD) → Encerrar processo na unidade (SEI)

A funcionalidade “*encerrar processos*” do SDD permite o encerramento da investigação.

A funcionalidade equivalente do SEI seria a função “*encerrar processo na unidade*”, conforme print abaixo:



Destaca-se, ademais, que o SEI permite que a SDCOM facilmente reabra um processo encerrado para eventuais atos posteriores como é o caso, por exemplo, da concessão de vistas a interessados. A transição para o SEI, portanto, seria benéfica para o decorrer das atividades da SDCOM quanto a este ponto.

Diante do exposto entende-se que a migração da função “*encerrar processo*” do SDD para a função “*encerrar processo na unidade*” do SEI seria perfeitamente viável.

3.2.3.10 Aba processos / Controle de Usuários (SDD) → Não há funcionalidade equivalente para usuários internos da SDCOM (SEI)

A funcionalidade “*controle de usuários*” do SDD permite consultar quais são os usuários cadastrados no sistema, bloquear, excluir, editar os dados dos usuários e indicar se o usuário é externo ou interno.

Não há funcionalidade equivalente no SEI para os usuários internos da SDCOM. Como registra a Cartilha do Usuário do SEI⁶², apenas as unidades de protocolo do ME estão autorizadas e orientadas a receber documentos para o cadastro de usuário externo no SEI.

Não se vislumbra qualquer prejuízo à SDCOM ou aos usuários na realização do controle de usuários diretamente pelas unidades de protocolo do Ministério da Economia. Trata-se, inclusive, de medida que possibilitaria o incremento da produtividade dos servidores da SDCOM, que poderão concentrar o tempo anteriormente dedicado para esta atividade para o mérito das investigações de defesa comercial.

3.2.3.11 Aba processos / Editar dados (SDD) → Não há funcionalidade equivalente para usuários internos da SDCOM (SEI)

A funcionalidade “*editar dados*” do SDD permite aos investigadores a edição das informações constantes do painel da investigação, caso necessário. Além disso, o SDD permite a edição dos dados da investigação que são exibidos no painel.

O gerenciamento dos acessos externos e dados dos usuários não será realizado pela SDCOM, mas sim pelas unidades de protocolo do Ministério da Economia, tal e como o controle de usuários

⁶² Vide Cartilha do Usuário do SEI, p. 87. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/acao-a-informacao/sei/comunicados/arquivos-noticias/cartilha-do-usuario-do-sei>>. Acesso em 01/04/2021.

detalhado na seção 3.2.3.10 acima. O SEI, embora não conte com o painel da investigação, permite a edição das especificações do processo como o nível de confidencialidade, cadastramento de interessados e inclusão de observações pela unidade podem ser editados por meio do botão “consultar/alterar processo” do SEI.

Não se vislumbra, portanto, qualquer prejuízo à SDCOM ou aos usuários na edição de dados de usuários diretamente pelas unidades de protocolo do Ministério da Economia. A redução das funções administrativas a serem desempenhadas diretamente pela SDCOM é medida positiva que possibilitaria o incremento da produtividade dos servidores, que poderão concentrar o tempo anteriormente dedicado a tais atividades ao mérito das investigações de defesa comercial.

3.2.3.12 Aba processos / Administração (SDD) → Não há funcionalidade equivalente para usuários internos da SDCOM (SEI)

A aba “**Administração**” do SDD contempla a parametrização das opções para caracterização do sistema customizando o sistema.

A administração das funcionalidades do SDD é realizada diretamente pela Administração do SEI junto ao Ministério da Economia e não será realizada diretamente pela SDCOM. Tal e como mencionado nos itens 3.2.3.10 e 3.2.3.11 acima, a realização dessa atividade por outras unidades do Ministério da Economia pode representar um ganho de produtividade para os investigadores da SDCOM, que poderão dedicar o tempo anteriormente designado para tais atividades ao mérito das investigações de defesa comercial.

4 Conclusão

Diante do exposto, entende-se que a transição do SDD para o SEI seria plenamente viável, feitos alguns ajustes pontuais já descritos ao longo deste documento. Apresenta-se no Anexo I abaixo tabela comparativa das funcionalidades dos dois sistemas, viabilidade e ajustes necessários para a transição. Segue abaixo lista dos principais ajustes na forma de realização das atividades da SDCOM:

- (i) Forma de realização de protocolos, que passariam a exigir que o usuário externo realizasse a assinatura com certificado digital previamente ao upload de documentos no SEI, conforme detalhado na seção 3.2.2.3 acima.

- (ii) Possibilidade de peticionamento pelas partes interessadas diretamente nos autos do processo, acarretando ganho de produtividade para os servidores da SDCOM, conforme detalhado na seção 3.2.3.5 acima.
- (iii) Realização de funções administrativas que no SDD eram realizadas pelos servidores da SDCOM por outros órgãos do Ministério da Economia, tal e como mencionado nos itens 3.2.3.10, 3.2.3.11 e 3.2.3.12 acima.

Serão igualmente necessários ajustes aos procedimentos realizados pelos usuários externos para a condução dos processos no âmbito do SEI, em substituição ao SDD, que estão igualmente destacados no anexo I. Em especial, destacam-se:

- (iv) A necessidade de assinatura eletrônica por certificado digital previamente ao upload dos documentos no SEI.
- (v) A impossibilidade de protocolo parcial de documentos para fins de petição de abertura.
- (vi) O acesso público aos andamentos das investigações de defesa comercial.

Embora sejam necessários ajustes pontuais, tanto pelos servidores da SDCOM quanto pelos usuários externos, parece-nos que a transição da tramitação dos processos de defesa comercial para o SEI seria bastante benéfica para a eficiência dos trabalhos dos servidores e dos advogados e consultores das partes e possibilitaria o atendimento à maior parte das demandas do setor privado apresentadas à Camex sobre o tema, como mencionado no item 3.1 deste documento.

Anexo I

Comparativo de funções SDD e SEI e Viabilidade da Transição

Funcionalidade	SDD	SEI	Viabilidade da substituição do SDD pelo SEI	Observações e ajustes necessários à transição do SDD para o SEI
Criação de Petição – Usuário externo	Petição de abertura	Peticionamento de processo novo	Viável	Procedimento SEI simplificado em relação ao do SDD e não contempla detalhamento por meio dos processos de defesa comercial. Necessidade de protocolo de todos os documentos em 1h. Não se vislumbra prejuízo aos usuários ou à SDCOM.
Funcionalidades investigação em curso – Usuário externo	Página de abertura	Controle de acessos externos	Viável	A função “ <i>Controle de Acessos Externos</i> ” do SEI, diferentemente do SDD, não permite a busca por produto investigado, mas apenas por número de processos. Não nos parece haver qualquer prejuízo relevante aos usuários externos em decorrência deste fato.
	Aba processos / Painel da investigação	Não há funcionalidade correspondente	Não há funcionalidade correspondente, mas não há prejuízo	As informações indicadas nas funcionalidades “ <i>Autos Restritos</i> ” e “ <i>Anexar Documentos</i> ”, que são acessadas a partir do “ <i>Painel da Investigação</i> ” no SDD estão disponíveis no SEI, sem prejuízo para os interessados ou da SDCOM. Não há no SEI funcionalidade equivalente à aba “ <i>Meus Documentos</i> ” do SDD, no entanto, não se vislumbra qualquer prejuízo aos interessados ou à SDCOM em decorrência deste fato.
	Aba processos / Autos restritos	Acesso externo com acompanhamento integral do processo (SEI)	Viável	Para a organização dos autos no SEI, sugere-se que seja criado um processo principal, de acesso público, no qual constariam as informações publicamente disponíveis nos autos do processo (i.e., circulares da SECEX, modelos de questionários, etc.). Além disso, sugere-se que sejam criados dois processos relacionados contemplando os “Autos Restritos” e os “Autos Confidenciais”. Nos autos restritos a SDCOM conferiria acesso aos interessados habilitados a todos os documentos restritos apresentados pelas

				partes e pela SDCOM, em linha com o procedimento realizado no SDD, por meio do “ Acesso Externo com Acompanhamento Integral do Processo ” do SEI.
	Aba processos / Anexar documento	Peticionamento intercorrente	Viável	O SEI não permite a assinatura de documentos por usuários externos por certificado digital, conforme legislação de defesa comercial. Para a transição para a função “ peticionamento intercorrente ” será necessária a assinatura prévia dos documentos com certificado digital para posterior “ peticionamento intercorrente ” no SEI.
	Aba processos / Meus documentos	Não há funcionalidade correspondente	Não há funcionalidade correspondente, mas não há prejuízo	Os documentos apresentados pelas partes, no entanto, estão disponíveis para acesso do interessado nos autos do processo, ainda que restritos, mediante acesso com login e senha.
	Aba processos / Pendências	Não há funcionalidade correspondente	Não há funcionalidade correspondente, mas não há prejuízo	Para a resolução de pendências, basta que a SDCOM utilize o procedimento já empregado para tanto, por meio do envio de ofício às partes interessadas.
	Aba processos /Partes não habilitadas	Não há funcionalidade correspondente	Não há funcionalidade correspondente, mas não há prejuízo	O SEI não contempla protocolo específico para partes não habilitadas. Permite, todavia, que as partes interessadas realizem “ Protocolo Intercorrente ” de documentos nos autos do processo, sem que lhes seja conferido acesso aos documentos contidos nos autos. Similarmente ao que ocorre no SDD na aba “ Partes Não Habilitadas ”, as partes poderão protocolar documentos sem que tenham acesso aos autos, atendendo às disposições do art. 2º, §3º da Portaria 30/2018 ⁶³ e, após a regularização de sua representação processual a SDCOM poderá conceder-lhes acesso aos autos do processo por meio da função “ Gerenciamento de acesso externo ” do SEI, tal e como seria realizado no SDD ao se conferir às partes interessadas aos “ Autos Restritos ” da investigação. Destaca-se que no SEI os andamentos processuais serão publicamente disponíveis.

⁶³ De acordo com a PORTARIA Nº 30, DE 7 DE JUNHO DE 2018, art. 2º, § 3º A intervenção em processos de defesa comercial de representantes que não estejam habilitados somente será permitida na execução dos seguintes atos: (i) submissão de documentação pertinente para habilitação como representante legal de parte interessada; (ii) solicitação de prorrogação de prazo para apresentação de respostas aos questionários; (iii) apresentação de respostas aos questionários e manifestações sobre modelos de produto; (iv) solicitação de habilitação de outras partes que se considerem interessadas; e (v) submissão de proposta de terceiro país de economia de mercado alternativo.

Funcionalidades investigação em curso – Usuário interno	Aba processos	Tela controle de processos	Viável	Embora a tela de “ <i>controle de processos</i> ” do SEI não permita a busca por produto investigado, tal e como possibilitado pelo SDD, há alternativas indicadas no presente documento para facilitar a identificação das investigações pelos usuários internos da SDCOM.
	Aba processos/ Painel da investigação	Não há funcionalidade equivalente	Não há funcionalidade correspondente, mas não há prejuízo	O SEI não contempla funcionalidade correspondente ao “ <i>painel da investigação</i> ” do SDD. Há, no entanto, funcionalidades similares a algumas das funções adicionais para usuários internos, como se detalhará mais abaixo para cada um dos itens.
	Aba processos/ Autos restritos	Controle de processos e disponibilização de acesso	Viável	O principal ponto de atenção a respeito do acesso da SDCOM aos autos restritos refere-se à possibilidade de desentranhamento de documentos pela equipe da SDCOM. O procedimento de cancelamento de documentos no SEI é restrito aos servidores ocupantes de cargos de chefia que possuam o perfil "Inspeção". de forma a facilitar o dia a dia da administração dos processos pela SDCOM, sugere-se que sejam solicitadas prerrogativas de inspeção para os investigadores da SDCOM perante o SEI.
	Aba processos/ Autos confidenciais	Controle de processos e disponibilização de acesso	Viável	Sugere-se que para os autos confidenciais seja criado um novo processo, relacionado ao processo principal no qual sejam protocolados apenas os documentos confidenciais de todas as partes, tal e como já realizado nos processos de interesse público. O acesso externo aos representantes legais das partes interessadas seria restrito aos documentos por elas protocolados, por meio das opções “ <i>Controle de Processos</i> ” e “ <i>Atribuição De Processo</i> ” para os servidores da SDCOM e, por meio da função e “ <i>Gerenciamento de acesso com Disponibilização de Documentos</i> ” do SEI é possível que se confira acesso aos usuários externos aos documentos confidenciais por eles protocolados.
	Aba processos/ Analisar documento	Não há funcionalidade equivalente	Não há funcionalidade correspondente, mas não há prejuízo	Sugere-se que os documentos sejam protocolados pelas partes diretamente nos autos do processo e que a análise dos documentos pela SDCOM a respeito do cumprimento das determinações da legislação de defesa comercial ocorra após a disponibilização de documentos no processo. Eventuais documentos em desconformidade com a legislação poderão posteriormente ser excluídos por meio do cancelamento de documentos.

	Aba processos/ Anexar documento	Incluir documento	Viável	A funcionalidade <i>“incluir documentos”</i> do SEI conforme nos foi relatado pelos servidores da SDCOM, já é utilizada para a tramitação de pareceres da SDCOM para o GECEX para as decisões nos processos de defesa comercial. Caso processos já tramitem no SEI, a comunicação com o GECEX será facilitada em virtude da possibilidade de encaminhamento dos autos do processo para as respectivas unidades.
	Aba processos/ Atribuir responsabilidade	Atribuir processo	Viável	Destaca-se que no SEI somente é possível atribuir o processo a uma pessoa. Essa informação não fica disponível para outras unidades que, eventualmente, consultarem o processo. Não se vislumbra prejuízo aos usuários internos da SDCOM pois o acesso a documentos no SEI autoriza todos os usuários da unidade na qual o processo tramita a protocolar e anexar documentos nos autos.
	Aba processos/ Habilitar parte interessada e representante legal	Gerenciar disponibilização de acessos externos	Viável	Os representantes legais das partes podem ser habilitados pela SDCOM por meio da conferido pela SDCOM por meio do <i>“gerenciamento de acessos externos”</i> aos autos, por meio da opção <i>“disponibilização de documentos”</i> para os usuários externos e <i>“acompanhamento integral do processo para os servidores da SDCOM”</i>
	Aba processos/ Encerrar processo	Encerrar processos	Viável	Destaca-se que o SEI permite que a SDCOM facilmente reabra um processo encerrado para eventuais atos posteriores como é o caso, por exemplo, da concessão de vistas a interessados. A transição para o SEI, portanto, seria benéfica para o decorrer das atividades da SDCOM quanto a este ponto.
	Aba processos/ Editar dados	Não há funcionalidade equivalente	Não há funcionalidade correspondente, mas não há prejuízo	Apenas as unidades de protocolo do ME estão autorizadas e orientadas a receber documentos para o cadastro de usuário externo no SEI. Não se vislumbra qualquer prejuízo à SDCOM ou aos usuários na realização do controle de usuários diretamente pelas unidades de protocolo do Ministério da Economia. Trata-se, inclusive, de medida que possibilitaria o incremento da produtividade dos servidores da SDCOM.
	Aba processos/ Controle Usuários	Não há funcionalidade equivalente	Não há funcionalidade correspondente, mas não há prejuízo	O gerenciamento dos acessos externos e dados dos usuários não será realizado pela SDCOM, mas sim pelas unidades de protocolo do Ministério da Economia. O SEI, embora não conte com o painel da investigação, permite a edição das especificações do processo

				como o nível de confidencialidade, cadastramento de interessados e inclusão de observações pela unidade podem ser editados por meio do botão “consultar/alterar processo” do SEI. Não se vislumbra, portanto, qualquer prejuízo à SDCOM ou aos usuários na edição de dados de usuários diretamente pelas unidades de protocolo do Ministério da Economia
	Aba processos/ Administração	Não há funcionalidade equivalente	Não há funcionalidade correspondente, mas não há prejuízo	A administração das funcionalidades do SDD é realizada diretamente pela Administração do SEI junto ao Ministério da Economia e não será realizada diretamente pela SDCOM. A realização dessa atividade por outras unidades do Ministério da Economia pode representar um ganho de produtividade para os investigadores da SDCOM, que poderão dedicar o tempo anteriormente designado para tais atividades ao mérito das investigações de defesa comercial.